

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

DAVISON SOUZA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NA PARAÍBA: uma
análise do plano juventude viva**

João Pessoa/PB

2016

DAVISON SOUZA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NA
PARAÍBA:** uma análise do plano juventude viva

Trabalho apresentado junto ao departamento de Tecnologia e Gestão da Universidade Federal da Paraíba, no curso de Tecnologia em Gestão pública com o objetivo de aprovação na disciplina trabalho de conclusão de curso para a concretização dos respectivos créditos.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Acco.

João Pessoa/PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586v Silva, Davison Souza.

Violência contra a juventude na Paraíba: uma análise do plano
juventude viva / Davison Souza Silva. – João Pessoa, 2016.

79f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Acco.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Tecnologia em
Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

DAVISON SOUZA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NA
PARAÍBA:** uma análise do plano juventude viva

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Universidade Federal da Paraíba como exigência
parcial para a obtenção do título de Graduado em
Tecnologia em Gestão Pública.

Aprovado em _____ / _____ / _____

Professor Marco Acco

Professor Vanderson Carneiro

Professor Rogério Medeiros

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem a fé nele nada seria possível, e a minha amada mãe e Familiares que estiveram ao meu lado, sempre buscando palavras motivadoras a fim de me manter firme no meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde para continuar nesta caminhada rumo a conclusão do respectivo trabalho.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba, e ao Departamento de Tecnologia e Gestão, que juntamente com seu corpo docente, ofertaram um ambiente adequado ao desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas.

Ao meu orientador, Doutor Professor Marco Antônio Acco, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas orientações e incentivos.

A meus colegas, amigos e Familiares que de alguma forma, estiveram presentes diretamente ou indiretamente nesta etapa da minha vida.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho, é estudar o Plano juventude Viva na Paraíba, plano do governo Federal, criado em 2013 e que é uma articulação do governo Federal, Estadual e Municipal criado para tentar solucionar o problema da vulnerabilidade de jovens negros tratando-os como sujeito de direitos, pois os mesmos, se encontram atualmente em situação de extrema dificuldade. O plano é responsável pela articulação de programas destinados a violência contra os jovens negros, pois os indicadores, irão mostrar que são estes, as grandes vítimas da sociedade, não só por serem tão vitimados, mas também como será demonstrado, são aqueles em que os seus direitos de uma forma geral, são os mais violados. Os dados a serem demonstrados são um resumo do que se está acontecendo atualmente no Brasil e na Paraíba, com a intenção de dar maior ênfase ao motivo da criação do plano, e também, para demonstrar o que se está sendo posto em prática.

Palavras Chaves: Juventude, Vulnerabilidade e Sujeito de Direitos.

Abstract: The aim of this work is to study the plan youth Viva Paraíba, plan of the Federal Government, established in 2013 and is a joint Federal government, state and municipal created to try to solve the problem of black youth vulnerability treating them as subject of rights, as they, are currently in a situation of extreme difficulty. The plan is responsible for joint programs for violence against young black people, because the indicators will show that these are the main victims of society, not only because they are so victimized, but as will be shown, are those in which rights in general, are more violated. The data to be shown are a summary of what is currently happening in Brazil and Paraíba, with the intention of giving greater emphasis to the reason for the plan creation, and also to demonstrate what is being put into practice.

Key Words: Youth, Vulnerability and Rights of Subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2.CONTEXTO GERAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA.....	14
2.1.Código do Menor e o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.....	24
2.2.Juventude e Políticas De Educação.....	30
2.3.Juventude e Segurança Pública.....	35
2.4.Juventude e Emprego no Brasil.....	42
3.A JUVENTUDE NA PARAÍBA: ALGUNS INDICADORES BÁSICOS.....	46
3.1.Quantitativo de Jovens na Paraíba: Uma Visão Geral.....	47
3.2.Jovens e Educação na Paraíba.....	50
3.3.Indicadores de violência contra jovens na Paraíba.....	52
4.O PLANO JUVENTUDE VIVA.....	56
4.1. Antecedentes.....	56
4.2.O Plano Juventude Viva no Brasil.....	60
4.3.O Plano Juventude Viva na Paraíba.....	67
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
6.REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

O Juventude viva, é um plano do Governo Federal, criado pela SNJ, e o Conjuve com o objetivo do combate a violência contra a juventude e da redução da vulnerabilidade dos jovens e sobretudo dos jovens negros no Brasil, o plano abrange prioritariamente alguns municípios, nos quais concentram cerca de 70% de toda violência no território Nacional.

A juventude no Brasil, se encontra atualmente em um grande processo de aquisição de direitos, com o chamado marco legal da juventude, nesse, começaram a ser criadas ações que visam trazer melhorias para esta faixa etária tão discriminada e posta a margem da sociedade que são os jovens.

O Marco legal da juventude que teve como ponto principal inicial, o estatuto da criança e do adolescente que hoje , há discussões sobre possíveis alterações, principalmente no tocante a redução da maioridade penal, foi de suma importância para aquisição destes direitos por parte da criança e dos jovens, já que este estatuto veio a substituir o antigo código do menor que era uma lei falha como muitas são mas, que não tinha ideais para com as crianças e adolescentes como o novo estatuto veio trazer, na visão de Marcílio 1989 a respeito do código:

A distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas 'classes perigosas' e estigmatizada como 'menor', deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho.

Os jovens da época, que passaram pelo código de menor, não tinham tantos direitos como os da atualidade já que os mesmos viviam na exclusão e basicamente

viviam para ser a parte que sustenta a sociedade, e trabalhar até enquanto agüentasse, hoje as coisas parecem ter mudado, embora em alguns conceitos sejam parecidas, por exemplo a juventude continua sendo tratada como um problema, quando na verdade não deveria ser mais assim, mas, infelizmente existe na sociedade esse preconceito contra a juventude, isso devido principalmente a questão da segurança pública.

Tratando da questão da segurança pública se percebe que os jovens tem participação significativa no Brasil e que tem grande influência nos indicadores de mortalidade da juventude as armas de fogo, segundo o mapa da violência 2015, em 2012 no Brasil, de 42.416 assassinatos por armas de fogo, 24.882 foram jovens assassinados e desses jovens assassinados 95% eram do sexo masculino e a diferença no assassinatos de jovens brancos e jovens negros foi de 12.052 onde os negros estão disparados na liderança das mortes, e se olhar a realidade local na Paraíba a situação é ainda mais complicada, onde João pessoa era a terceira cidade com a maior taxa de homicídios no país, na Paraíba a taxa homicídios por Armas de fogo é de 75 para jovens contra 17,3 da população não jovem, e sem contar que na Paraíba em 2012, o número de jovens brancos assassinados foi de 58 contra 1078 jovens negros assassinados com taxas respectivamente de 3,8 de jovens brancos contra 48,7 de jovens negros.

Inúmeros fatores podem ser julgados como possíveis de influenciar nestes indicadores, seja pela educação onde deveria se investir mais e melhor na educação de jovens Paraibanos, qualificando-os para a inserção no mercado de trabalho, a questão da cultura que também importante, principalmente por que traria ocupação para as mentes juvenis, ou até mesmo a questão da violência policial, que historicamente é algo corriqueiro e muitas pessoas na sociedade fazem pouco caso, ou até mesmo incitam este tipo de comportamento.

Mas, o fato é que muitos jovens não tem oportunidades para poder alcançar seus objetivos e em muitos casos são forçados a saírem da linha, um conceito interessante do Kliksberg 2006 fala da teoria que se auto-realiza, ou seja, muitos jovens crescem recebendo profecias diariamente sobre o que virão a ser e isso acaba influenciando a sua mentalidade, fazendo –os pensar que a única alternativa seja realmente esta.

Para o combate deste tipo de pensamento, foi criado em 2013 o Plano Juventude viva, que também faz parte do marco legal da juventude onde após as conferências da juventude, a inclusão do termo jovem na constituição, a juventude adquiriu o direito de receber políticas públicas específicas e prioridades em sua criação, e como tal , o juventude viva , busca tirar muitos jovens da situação de vulnerabilidade social, principalmente os jovens negros onde os indicadores são tão cruéis.

O plano foi criado pela secretaria Nacional da juventude , junto com o Conselho Nacional da Juventude e da Secretaria de políticas de promoção da igualdade Racial a Seppir, e tem como eixos a desconstrução da cultura de violência; a transformação de territórios; a inclusão, oferta e garantias de direitos dos jovens e o combate a violência institucional.

O plano articula onze ministérios e não é excludente, ou seja, qualquer cidade pode participar do plano desde que busque se adequar a alguns requisitos, e na Paraíba foram contemplados 6 municípios que concentram quase 70 % dos indicadores de homicídios no estado, são eles João pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Campina Grande e Patos.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral contextualizar a questão da violência contra a juventude negra no estado da Paraíba e verificar como o Plano

Juventude viva está sendo implementado na região metropolitana de João Pessoa. Seus objetivos específicos são:

- Contribuir para o reconhecimento dos indicadores de violência contra jovens na Paraíba e demais indicadores relevantes para a juventude em nosso estado;
- Mapear os fundamentos do Plano Juventude Viva, apresentando os motivos que levaram a criação do Plano.
- Explorar o contexto em que a juventude está inserida;
- Analisar o Código do menor e o estatuto da Criança e do adolescente;
- Comparar os indicadores locais e a nível região;
- Reconhecer de acordo com o plano quais as ações na Paraíba;
- Verificar se e como o plano está colocando suas ações em prática.

Este estudo justifica-se em decorrência da presença quotidiana da violência contra a juventude em nosso país e em nosso estado. O que vem ocorrendo no Brasil recentemente é a política do “faz de conta” por parte da população, membros da sociedade civil, políticos etc. e o tema segue em sua invisibilidade.

É verdade que os jovens dão uma grande contribuição para os índices de violência no país, mas o que foi feito antes para se evitar isso? Quais as políticas criadas para fornecer o essencial para estes jovens? Segundo o Guia da Juventude da Unesco(2007) existem duas teorias para a condição de Jovem, a primeira diz que, é um período/ momento de aprendizado e formação, ou seja é a fase onde vai se formar o jovem, preparando-o para a fase seguinte que é a vida adulta. Já a segunda teoria procura ver esta fase não só como aprendizado, mais também como uma fase que contempla uma série de riscos.

Levando em consideração a violência no Brasil, segundo dados do mapa da violência 2014, houveram 56.337 mortes por homicídios no ano de 2012, destes 41.127 são negros número que é quase três vezes maior que o número de pessoas brancas mortas(14.928). Se contarmos só os jovens, foram 30.072 assassinados, destes 23.160 eram jovens negros e 6.823 jovens Brancos.

Com essa realidade de insegurança para a juventude no país, foi criado o Plano Juventude viva, que em articulação com o governo federal, estadual e municipal reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.

Com base no que foi apresentado, o presente trabalho tem a intenção de verificar como estão sendo implementadas as ações do plano na região metropolitana da Paraíba, se estão conseguindo a curto prazo atingir as metas pré- estabelecidas, e através disso demonstrar numa perspectiva local os resultados da implementação do Plano , pois os jovens/ adolescentes são sujeitos de direitos e não podem ficar a mercê de políticas falhas, se fazendo necessário o incentivo ou melhor, a iniciativa, por mais estudos do tipo, para que assim, os nossos líderes possam tomar decisões sérias, compromissadas e corretas para com este grupo social, fazendo a desconstrução da cultura de violência, ofertando inclusão e garantias de direitos, fazendo que este grupo que hoje estão estigmatizados, possam ser realmente o que são, o futuro do país.

Em termos metodológicos, esta pesquisa é de caráter documental, exploratório, descritivo, analítico, no qual desenvolvem-se algumas comparações com a realidade de outros estados. De natureza eminentemente documental, mescla informações qualitativas e dados quantitativos, com o objetivo de melhor descrever o problema abordado.

Para o desenvolvimento do respectivo trabalho, primeiramente foi escolhido o problema a ser estudado – a violência contra os jovens, mais especificamente contra os jovens negros do Brasil e da Paraíba enquanto um tema de política pública. Após a definição do problema,, definiu-se estudar as alternativas propostas pelo poder público, identificando-se nessa pesquisa a existência de um plano de âmbito nacional chamado Juventude Viva, criado em 2013, e que tinha objetivos orientados ao enfrentamento da violência contra a juventude.

A pesquisa desenvolvida, de caráter predominantemente documental, teve bases no livro Juventude e políticas Sociais do Ipea [2009], e também contou com dados quantitativos organizados em tabela e gráfico retirados de websites governamentais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e o Mapa da Violência, importante fonte de informações que disponibiliza dados de todo o Brasil sobre diversos aspectos da violência em nosso país.

A coleta de dados a respeito do Plano a ser estudado, o Juventude Viva, também seguiu basicamente a mesma linha de raciocínio, incorporando-se informações documentais a respeito do Plano e teve como foco principal a demonstração do plano como foi elaborado, pois o objetivo do presente trabalho, era ao final de sua elaboração colher informações que viessem a contribuir da maneira pela qual o Plano vem colocando suas ações em prática. Infelizmente, o pesquisador não conseguiu realizar entrevista junto a equipe responsável pela implementação do plano.

Para cumprir seus objetivos, este trabalho além desta Introdução, apresenta no 1º capítulo, um breve contexto geral da juventude brasileira....

1- CONTEXTO GERAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA

A juventude no Brasil se encontra, há algum tempo, sendo abordada entre duas interpretações distintas. De um lado, alguns especialistas e membros da sociedade vêem a juventude pelo lado positivo, como pessoas passíveis de oportunidades e como *sujeitos de Direitos*, e, de outra perspectiva, outros analistas os interpretam como seres dotados ou causadores de problemas sociais, aos quais recai todo o peso da culpa, por toda ação/realização que seja nociva à sociedade.

O tema da juventude passou a ser estudado com um maior ênfase, em meados da década de 1970, com o que alguns especialistas chamam de *onda jovem*, que foi um período em que havia no país um aumento no número de jovens economicamente ativos, a que a literatura chama de *Bônus demográfico*, que é justamente o resultado do aumento massivo do contingente juvenil neste período, no qual os países dispõem de mais força de trabalho jovem.

Contudo, este fenômeno, não foi, ou não está, sendo aproveitado da melhor forma possível em nosso país, já que com mais jovens, deveria, ao menos na teoria, ocorrer um investimento maior em educação e na geração de oportunidades de emprego e renda.

Na década de 1980 com a crise do desemprego que atingiu países desenvolvidos, em 1990 a crise chegou ao Brasil, e foi prejudicial para o país, sendo um período com muitos jovens, onde uma partes destes jovens já estavam em processo de conclusão de suas atividades escolares e na conclusão de seus estudos não tiveram muito o que fazer, por que com a crise do desemprego se tornou difícil encontrar um meio de subsistência (Ipea). O país tinha pela frente um cenário desfavorável e a economia estava em

desenvolvimento, para o auxílio deste crescimento se fazia necessária a qualificação do grande contingente humano a disposição.

De acordo com o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil não fez bom uso da vantagem do bônus demográfico existente no período:

O Brasil não fez bom uso de seu bônus porque não investiu suficientemente em educação de ponta e inovação, a exemplo de países como China e Coreia do Sul. Somam-se a esse déficit as sucessivas crises econômicas que se abateram sobre o país nas últimas três décadas e tem-se o cenário perfeito para o desperdício da vantagem. [Revista Veja, 30/05/2015]

Essa vantagem que para uma economia como a brasileira seria essencial, acabou como o próprio afirmou sendo desperdiçada, deixando o país atrás com relação a seus concorrentes. Mas, não foram apenas em termos econômicos que o país saiu prejudicado. Também na sua área social, que por sinal, diga-se de passagem, foi muito mais prejudicada em termos gerais já que, com o não investimento na área da educação o país acabou deixando de faturar e, ainda conseguiu sujeitar jovens das gerações seguintes a uma sociedade completamente desfavorável para alguém sem acesso a uma qualificação profissional.

Foi nesta época que aumentou os indicadores negativos da juventude Brasileira, e pode ser observado pelos números, através de dados do Mapa da Violência: tomando por base o período de 1988 até o ano de 1998, constata-se um aumento do número de homicídios da população total, que passam de 28.757 em 1988, para 41.836, em 1998, um aumento beirando os 45%. Já com relação aos jovens, nos mesmos anos de referência, foram assassinados 10.022 jovens em 1988, e esse número salta para 15.201, em 1998, que corresponde a um aumento ainda mais acentuado de quase 52% para a

população jovem. A violência contra a juventude começava a despontar como um problema a ser solucionado ou, a ser prevenido [mapa da violência 1998].

A juventude atualmente, é vista como um processo de transição por alguns especialistas da área, transição esta, entre a infância e vida adulta. De forma geral, é na juventude que se reflete o que foi a infância, e se aprende a como ser um adulto.

Abramo apresenta um conceito mais usual de Juventude:

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (Abramo, 1994:1).

É na juventude onde se espera as maiores possibilidades, de crescimento, de oportunidades, mas, também é na juventude que por ser uma etapa de transição, acaba deixando os jovens mais vulneráveis a tudo e a todos, pois, os mesmos, como o próprio Abramo descreveu, além de mudanças físicas, passam por mudanças psicológicas ou seja, nesta fase, o jovem está moldando a sua identidade, por isso é comum vermos jovens falando de forma parecida ou se vestindo de forma parecida.

Com base no exposto, a juventude pode ser dividida em quatro tipos – a juventude como período transitório, como etapa problemática, como agente do desenvolvimento e como sujeito de direitos–, segundo abordagens da Dina Krauskopf 2003:

- *A Juventude como período Transitório* que como já foi falando é basicamente o elo entre a infância e a idade adulta. Neste período, ressalta a autora, “a educação é

essencial”, já que a juventude é uma etapa preparatória para se tornar adulto, então se faz necessário que haja esse investimento em educação para que esses jovens possam aprender a como viver em uma sociedade, ou no mundo adulto. A autora ainda menciona que “o Exército também pode ser uma destas formas de tentar ensinar o jovem as normas de uma sociedade, para que eles possam se adequar”.(Krauskopf, 2003)

Outro conceito que poderia ser associado ao período transitório da juventude, é a *moratória social*, que faz referência, a um “tempo doado” pela sociedade para que seus jovens (alguns mais que outros e em algumas sociedades alguns muito mais do que outros) “experimentem a condição adulta, sem as responsabilidades a esta associadas, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia.” (Uresti e Margulis; Estação Juventude, 2014, pág 26).

A *moratória social*, por seu caráter custoso, acaba por se tornar excludente, visto que, nem todas as famílias, tem condições de manter os seus jovens em casa, de forma a que, eles possam estudar, se qualificar e conseqüentemente, após este período de preparação poderem sair prontos para o mercado de trabalho, para assim buscar no mercado, o seu equilíbrio financeiro e claro, sua emancipação política. Muitos jovens, por serem oriundos de famílias que não têm condições de mantê-los em casa, precisam ir atrás de emprego. Essa estratégia, em determinadas condições ou faixa etária, não é adequada para o jovem, já que, de acordo com a pesquisa realiza pelo Ipea e retirada do site notícias administradores.com.br, quanto menos qualificado menos preparado se está, por isso entre os jovens o índice de desemprego representou segundo a pesquisa 54% dos desempregados, mesmo esses jovens correspondendo a cerca de 30 por cento dos entrevistados, e as condições de empregos, são geralmente, as piores possíveis, onde o jovem que não tenha qualificação geralmente conseguirá empregos em

condições de insalubridade, o que em alguns casos podem ser até perigosos para a própria integridade física do mesmo.

A autora ainda fala que *o período juvenil não deve ser pensado como uma mera transição, mas como um período de desenvolvimento que tem a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital, que nunca foram chamadas de transitórias (KRAUSKOPF, 2003).*

A juventude como etapa problemática este enfoque como o próprio enunciado afirma, é mais voltado para o jovem como um ser dotado de problemas. O jovem por ser este sujeito em processo de transição vai passar por diversos momentos de indecisão nesta fase, em que terá que escolher entre diversos caminhos, onde estes, poderão ser, em infinitas combinações. Mas também é sabido que o jovem por ser considerado inconseqüente e problemático, o risco se torna um atributo eminentemente juvenil: *aos jovens costuma-se associar a inconseqüência, a paixão pelas emoções fortes, os excessos impulsivos, a vulnerabilidade psicoemocional e/ou a disposição ao individualismo narcísico que ensejariam “comportamentos de risco”* (Ferreira, Helder et AL, 2009).

A imprevisibilidade dos jovens gera preocupações por que a sociedade ou melhor o ser humano em si tem medo do desconhecido, e por não poder prever muitas vezes, as ações dos jovens acabam preferindo estigmatizá-los como desordeiros ou a quem preferir, “Agentes do Caos” ou até mesmo delinqüentes.

(...) nas sociedades da América Latina circula a imagem de que os jovens são desordeiros, com condutas em muitos casos censuráveis, basicamente imprevisíveis. É como se tivéssemos que “ter cuidado” com eles. A isso é acrescentada a percepção, no caso dos jovens pobres, de que seriam “suspeitos em potencial”. Poderiam chegar a ter condutas delituosas facilmente. Essa mensagem basicamente de desconfiança, contamina as políticas, as atitudes e o comportamento para com o jovens em sala de aula, no mercado de trabalho, no trato das instituições públicas e em vários aspectos da vida cotidiana.

(Kliksberg 2006, p. 935-936)

Mas a quem caberia o processo de formação dos jovens? À família, como ente inicial na preparação destes jovens, à escola porque é aquela que a sua existência é definida para, ofertar os conhecimentos necessários para o convívio social, ou ao Estado, pois é o estado quem vai criar políticas públicas que deveriam melhorar as condições juvenis na sociedade, à sociedade em geral, ou, ainda, a todos esses atores e instâncias sociais? Nenhuma dessas “áreas” deixa de ter a sua importância, sobretudo o Estado e a família, que é como já definido, onde tudo se inicia, é na família e claro, na infância, que o jovem começou a entender os conceitos éticos e morais da sociedade, onde recai em sua maioria ao pai e a mãe, passar o conhecimento resultado de suas experiências. Neste sentido, Cristina Silva, autora da obra, *Sociologia: Introdução a ciência e a sociedade*, argumenta que:

O homem, como uma dentre as várias espécies animais existentes, também desenvolveu processos de convivência, reprodução, acasalamento e defesa. Deste modo apresenta uma série de atitudes “instintivas”, isto é, ações e reações que se desenvolvem de forma espontânea, dispensando o aprendizado, como respirar, engatinhar, alimentar-se. Porém por dificuldades impostas pelo ambiente, o homem também desenvolveu a capacidade do aprendizado.

O homem, portanto, distingue-se das demais espécies existentes por que grande parte do seu comportamento não se desenvolve naturalmente em sua relação com o mundo, nem se transmite à sua descendência por genes. Ele é um animal que necessita de aprendizado para adquirir a maior parte de suas formas de conhecimento.

(Silva, 3ª Edição, pág. 11 e 12)

Com base nos argumentos de SILVA, percebemos o quão importante é para o ser humano o conhecimento, o aprendizado, entender o que ele é, o que o faz tão importante e o que as coisas/pessoas ao redor significam para ele, por isso é necessário que a família que é o mais próximo ao jovem ou a criança, que repasse todos ou grande parte dos conhecimentos adquiridos para as próximas gerações, para assim manter as futuras gerações em constante aprendizado. É aí que entra o papel da escola, pois a

escola, é um dos lugares fora o lar, onde as crianças e os adolescentes passam mais tempo, onde irá formar um cidadão para o futuro.

Apenas ao observar essas duas esferas, a família e a escola, se houver falha em uma das duas já irá comprometer todo o desenvolvimento juvenil, pois tomando como exemplo a família, e supondo que os pais da criança não tiveram uma boa educação e pertencerem a criminalidade, fica muito difícil a escola conseguir suprir falhas na formação ética e de valores disponibilizados pela família. Então existe a possibilidade de que os mesmos repassem essa experiência de vida para os seus descendentes, mesmo que não seja algo certo. Algo similar acontece com a escola quando o Estado e a comunidade não oferecem uma educação de qualidade para a população. Abre-se uma brecha para a criminalidade atuar, é aí que entra o que foi falado no início do capítulo sobre a onda jovem, onde com tantos jovens a disposição, seria necessário o investimento em educação e também na geração de oportunidades de emprego e serviços de lazer e informação [como bibliotecas, praças públicas, cinemas etc.] pois, de nada adianta preparar o jovem intelectualmente, lhes dar uma visão de futuro animadora e depois acabar jogando um belo balde de água fria em suas cabeças, deixando de oferecer empregos em níveis aceitáveis para que os jovens possam concretizar aquilo em que passaram tempos sonhando, e fazendo-os passar para o lado negativo.

A delinqüência Juvenil ou infantil está entre os principais problemas inerentes aos jovens é esse tipo de ação que deixa a sociedade temerária, e acaba criando um estigma para os jovens mas, a delinqüência como já vem sendo especificado, é provável que seja o resultado de tudo o que já vem sendo falado. Mesmo assim, para se falar de delinqüência se torna necessário identificar o seu conceito:

o termo delinqüência juvenil para referir os comportamentos ou as situações que implicam a existência de uma infração, convém começar

por descrever a forma como ela hoje se distribui pela população juvenil. Sublinhe-se desde já que a distribuição da delinquência apresenta realidades diferentes consoante as fontes de referência: as oficiais e as que resultam de inquéritos de vitimação ou de delinquência auto-revelada . As primeiras revelam-nos a população juvenil que entrou em contacto com as instituições vocacionadas para a prevenção, controle e repressão da delinquência — como a polícia ou os tribunais — e as segundas referem-se à população adolescente e juvenil em sentido geral.

(Ferreira, 1997, pág. 917)

Ainda de acordo com o conceito do Pedro Ferreira, segundo ele quanto maior o número de reincidência por parte dos jovens delinquentes, mais difícil fica realizar o processo de reabilitação destes jovens, então sempre surgem questões de como fazer nestes casos e de quem é a responsabilidade, ou se apenas deve-se virar o rosto e deixar que os órgãos preventivos/repressivos façam seu trabalho. Mas de uma coisa sabemos, que é ao estado que cabe a responsabilidade pela criação de políticas públicas, e consequentemente criá-las com o objetivo de evitar que esses jovens se tornem delinquentes, e ainda proporcionar melhores condições de desenvolvimento, que dignifiquem estes jovens.

Os Jovens como seres do desenvolvimento: considerar o jovem como um ser em transição e como tal, um estágio pré vida adulta, e ainda considerando os jovens como seres em desenvolvimento, tal afirmativa nos leva ao fato de como já foi falado, na juventude é onde irão surgir as maiores oportunidades justamente por estarem entrando na vida adulta e cabe ao estado oferecer condições de desenvolvimento para estes jovens, pois o crescimento deles seja intelectual ou em termos físicos é o que determina a situação do país, para isso a criação de políticas de inserção social, se fazem necessárias tanto para a preservação física, como psicológica, embora nem todos poderão aproveitar estas oportunidades, trazendo a tona novamente o conceito de *moratória social*, no qual afirma que é um período onde os jovens terão para se prepararem para a vida independente, onde os mesmo poderão estudar , se qualificando

o suficiente para deixarem seus respectivos lares, muitos jovens não poderiam na prática se dedicarem inteiramente a qualificação por isso a importância da mão do estado.

O jovem como sujeito de direitos: Bastante usual na atualidade devido aos fatos que ocorrem com a Infância com a Adolescência e com a juventude no país, nessa visão, “a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios”. (A Juventude no Brasil, 2005)

Todo ser humano reconhecido como cidadão ou cidadã passou a ser um portador de direitos. “Isso serviu para garantir formalmente a igualdade de condição social, levando a uma diminuição gradativa na distância entre a elite e as classes populares, por meio da promoção de oportunidades iguais de acesso às experiências, conhecimentos e patrimônios econômicos produzidos e acumulados pelas sociedades” (Conjuve, 2006).

Tomando como exemplo dos últimos tempos a redução da maioria penal, em seus questionamentos estão, a constante briga onde uns pedem pela redução da maioria e outros protestam contra essa medida pois aos jovens é garantido a proteção de seus direitos, pois , são seres vulneráveis na sociedade e o que vem acontecendo é a tentativa de reduzir o direito de ser em formação do jovem e conseqüentemente fazendo com que o mesmos ao serem presos, acabem modificando todo um sistema criminal no país e fazendo com que jovens cada vez mais novos tomem o seu lugar e claro quando fala de juventude e sociedade, ainda mais uma sociedade democrática, tem que se falar de o que definem estes grupos vulneráveis que tem seus direitos usurpados pela maioria:

vulnerabilidade é definida como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

Concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão.(Carneiro e Veiga, 2004)

Segundo Carneiro e Veiga as vulnerabilidades surgem justamente da possibilidade de determinados grupos sofrerem danos a seus direitos como pessoa, por isso se fazem necessárias, medidas de combate a ações contra este tipos de pessoas/grupos pois, sem as mesmas, seria impossível manter a democracia que na sua concepção básica é definida por governo de todos, então não observar a proteção a estes grupos seria como se infringir as normas democráticas, portanto os jovens podem ser inseridos neste contexto justamente pelo fatos aqui relatados, pois, são “esteriotipados” como grupos desordeiros e como tal, acabam em muitas situações sendo prejudicados e excluídos.

Com relação a juventude Brasileira, algumas iniciativas visando o reconhecimento destes seres em condições especiais, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude para articular as políticas deste público-alvo, e o conselho Nacional da Juventude-CONJUVE, e em 2008 foi realizada a primeira conferência Nacional da Juventude onde os jovens se reuniram em várias reuniões e debateram temas que buscassem as melhorias necessárias e tão esperadas pela Juventude, entre as 22 prioridades foram estão:

- Jovens Negros e Negras;
- Educação básica: Elevação da escolaridade;
- Segurança;
- Mulheres;
- Cultura;
- Trabalho;
- Meio Ambiente;

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem a tarefa de coordenar, integrar e articular as políticas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil (secretariageral.gov.br). Alguns programas foram criados para a execução destas ações voltadas para este público, entre eles: Programa estação juventude; Programa Vale Cultura; Ceus – Centro de Artes e Esportes Unificados; Cotas no Ensino Superior; Pronaf Jovem; Projovem; Pronatec; Programa Nacional de Educação no Campo; Sisu- Sistema de Seleção Unificada; Observatório participativo da Juventude.

Ainda foi criado O Conselho Nacional de Juventude em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (Juventude.gov.br).

1.1.Código do Menor e Estatuto da criança e do adolescente no Brasil:

Com a intenção de buscar a proteção às populações juvenis, o Estado tenta ao menos em teoria, restringir ao máximo ou talvez em sua totalidade ações que venham a debilitar a condição destes seres, com isso, se fazem necessárias a criação de dispositivos legais com a intenção da proteção, da inclusão, da assistência, da repressão, tentando conseguir assim, as garantias fundamentais inerentes a pessoa, realizando , a satisfação de suas necessidades mais básicas.

Visto isso e buscando atingir este público-alvo no Brasil, foram criados dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o Estatuto da Juventude (2013), justamente tentando trazer a tona questões que afligem a juventude.

Antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tinha-se os seus antecessores, chamados de Código dos Menores, editados em 1927, e 1964, revisto em 1979, conforme quadro 1 abaixo. Numa sociedade caracterizada pela dominação das pessoas com grandes posses, onde, as mesmas detinham privilégios e conseqüentemente seus descendentes na mesma proporção, detendo para si o direito a serem formados para continuar a propagar a dominação de suas famílias, e aos mais humildes cabia a exclusão, como afirma Marcílio 1989:

A distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ e estigmatizada como ‘menor’, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século (MARCÍLIO, 1989, p. 224).

Consegue-se identificar com o argumento do Marcílio, que nesse período que as crianças e adolescentes humildes eram vistos apenas como “capital humano”, onde na melhor das hipóteses, deveriam ser “qualificadas” para o trabalho e como “classes perigosa”, dá para imaginar que não seria legal deixar de “andar na linha” visto que a intenção do Estado era a repreensão dos infratores de menor que não fossem os “favorecidos” da sociedade. Outro fato que chama atenção, de acordo com a Marcia Cossetin e Oliveira [1999], na década de 1920 concretizam-se ações que demarcam “a mudança da simples repressão para a segregação, na medida em que o Estado afasta as crianças e os adolescentes, por meio da internação, dos locais considerados inadequados. Procurava-se prevenir o contágio pelos menores, retirando-os do convívio

social para que, então, adolescentes e crianças fossem submetidas à medidas preventivas e corretivas”.

Embora em alguns casos a repressão por meio da internação seja essencial até por questões de repreensão e reciclagem para com os adolescentes, pois os mesmos seriam *educados e trabalhados* para que pudessem voltar a sociedade, o problema com este tipo de medida não se deve em sua totalidade por causa da segregação, onde se afastaria a “maçã podre” das demais, e sim pelo fato de que as instituições públicas agiam em desconformidade com princípios de igualdade, já que apenas as populações infanto-juvenil de classes menos privilegiadas eram afetadas pelas ações, gerando assim uma ideia de que apenas os pobres seriam considerados nocivos à população, reforçando-se assim um sistema de exclusão não só entre os pobres mas, na sociedade em geral.

A população infanto-juvenil, vem ganhando um papel um pouco mais animador do que outrora, embora, não se possa dizer que sejam políticas adequadas e eficazes. A mentalidade para com o jovem começou a se transformar. Atualmente, eles são cerca de 59,7 milhões, o equivalente à população da Itália.

Nos últimos 25 anos, a proporção de crianças e adolescentes em relação à população brasileira vem diminuindo em razão da tendência de envelhecimento do País, na linha de países com o perfil econômico do Brasil. De 1991 a 2010, a parcela de brasileiros de até 19 anos caiu de 45% para 33% (Unicef,2015;Censo Demográfico, 2010). Ainda, segundo o censo demográfico de 2010, outro dado importante, está no fato de que nos últimos anos o número de jovens que se auto declaram negros aumentou chegando agora ao equivalente a metade da população.

De modo geral, as legislações criadas para a criança e o adolescente foram elaboradas para resolver o “problema de menor”: o jovem era visto apenas como um delinquente, e portanto cabia ao estado, zelar pela prevenção de possíveis atividades ilícitas contra a sociedade que os mesmos viessem a cometer, pois, era visto que jovens que não tinham pais ou melhor, que não tinham uma estrutura familiar “adequada” também seriam afetados e não só apenas crianças e adolescentes moradores de rua que seriam afetados pela legislação específica. Então haveria grandes possibilidades segundo as instituições responsáveis, de que estes seres de estrutura familiar imprópria, se tornassem seres impróprios para a sociedade.

Tendo uma percepção crítica a esse tipo de pensamento, uma outra legislação surgiu no ano de 1990, chamado de Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao contrário da legislação anterior, passou-se, a ver o jovem não apenas pela ótica destes como infratores, e então ter que tratá-los para que pudessem retornar a sociedade, mas, passou-se a incorporar a ideia de *prevenção*. A partir daí muda-se o olhar da legislação para com o jovem, seguindo os princípios dos direitos humanos, onde todo ser humano tem *direito* à sua dignidade. Para isso foram os mesmos incluídos em instrumentos normativos a exemplo do programa Nacional dos Direitos Humanos I e II, onde aos jovens passaram a ter o seu espaço entre as ações do respectivo plano.

Voltando para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mesmo diz em seu art 3º que, a criança e o adolescente gozam de todos os *direitos fundamentais* inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

De outra forma completamente diferente, se busca *formar cidadãos*. Outra coisa bastante importante: o ECA foi uma política inovadora no que diz respeito ao fato de que, na teoria todos são iguais, por tanto esta legislação em nenhum ponto trata do jovem apenas como aquele abandonado, ou em situação irregular mas, busca tratar a criança e o adolescente, como *sujeito de direitos* e como tal, todos tem direito a serem protegidos, a seguir poderá ser feita uma comparação entre os códigos de menores e o ECA na tabela 1.

Tabela 1 Comparativo entre os Códigos de Menores (1927 e 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente.			
Aspecto Considerado	Código de menores (Decreto nº 17943, de 12/10/27)	Código de menores (Lei nº 6697/79) e Lei 4513/64	Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90)
Concepção política-social implícita	Instrumento de proteção e vigilância da infância e adolescência, vítima da omissão e transgressão da família, em seus direitos básicos.	Instrumento de controle social da infância e da adolescência vítima da omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.	Instrumento de desenvolvimento social, voltado para o conjunto da população infanto-juvenil do país, garantindo proteção especial àquele segmento considerado de risco social e pessoal.
Visão da criança e do adolescente	Menor abandonado ou delinqüente, objeto de vigilância da autoridade pública (juiz).	Menor em situação irregular, objeto de medidas judiciais.	Sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.
Mecanismos de participação	Institui o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, como associação de utilidade pública, com personalidade jurídica. As funções dos Conselheiros, nomeados pelo Governo, eram auxiliar o Juízo de Menores, sendo os Conselheiros denominados	Não abria espaço à participação de outros atores, limitando os poderes da autoridade policial judiciária e administrativa.	Institui instâncias colegiadas de participação (Conselhos de Direitos, paritários, Estado e Sociedade Civil), nas três instâncias da administração, e cria no nível municipal os Conselhos Tutelares, formado por membros escolhidos pela

	<p>“Delegados da Assistência e Proteção aos Menores”.</p> <p>Era de competência do juiz, auxiliado pelo Conselho de Assistência e Proteção aos Menores.</p>		<p>sociedade local e encarregados de zelar pelos direitos de crianças e adolescentes.</p>
<p>Fiscalização do cumprimento da lei</p>		<p>Era de competência exclusiva do Juiz e de seu corpo de auxiliares.</p>	<p>Cria instâncias de fiscalização na comunidade, podendo estas utilizarem os mecanismos de defesa e proteção dos interesses difusos e coletivos para casos de omissão e transgressões por parte das autoridades públicas.</p>

Fonte: Rosemary Ferreira de Souza Pereira - tese de mestrado em Serviço Social da PUC-SP

Como já mencionado, a diferença básica entre os modelos está na mudança de conceito da população infanto-juvenil, onde a mesma, passa de um simples ser em constante risco social e que para tanto, necessita do aparato do estado para se tornar um ser sociável, e, passa a ser visto como um *sujeito de direitos*, onde aos jovens são destinadas atenção especial justamente pelo fato de serem um público em situação especial.

Pode-se até mesmo considerar a inserção destes jovens como uma forma de torná-los *cidadãos*, para que estes possam também participar das decisões da sociedade como tal, algo, que não ocorria com os códigos de menores, pois a participação não era permitida para a sociedade.

Outro fato está no que diz respeito à fiscalização dos respectivos dispositivos legais, pois, enquanto nos códigos dos menores não havia fiscalização ou era de

competência dos juízes e do seu corpo auxiliar, fazendo com que aquele modelo se perpetuasse sem perspectiva de melhorias, no Estatuto da criança e do adolescente, são criadas instâncias nas comunidades, fazendo com que as mesmas possam acompanhar se as respectivas atividades serão executadas proporcionando na teoria, um melhor controle e com a participação dita anteriormente, melhores idéias inovadoras de acordo com a necessidade desta população.

1.2. Juventude e Políticas de Educação:

A educação é essencial para o ser humano, justamente pelo fato que o mesmo é o único ser existente que grande parte de seu conhecimento não se desenvolve naturalmente em sua relação com o mundo, nem se transmite à sua descendência pelos genes. (COSTA: 2009).

A autora foi feliz em sugerir a afirmação acima, onde, ao ser humano cabe o aprendizado para que possa se desenvolver completamente, e ao levar em consideração tais argumentos, percebemos que a educação realmente além de se fazer de extrema importância para as populações, como tal, no Brasil não é diferente, também se torna necessário o investimento massivo na mesma para que assim, possa ser oferecidas condições razoáveis para o desenvolvimento das crianças e jovens.

É percebido também que a educação é alvo de críticos pelo fato da questão orçamentária ao qual vez ou outra, surgem questões com relação ao quanto se é investido em educação e que talvez fosse necessário aumentar o investimento.

Outra questão importante na educação são os jovens como seres praticantes da violência pois, como é percebidos pelos indicadores já citados no respectivo trabalho, os jovens, estão envolvidos [como vítimas, e em menor proporção, como praticantes] numa parcela considerável da violência mas, a questão que segue é o por que esses jovens entram na criminalidade, e aí entraria em várias caminhos que poderiam ser a solução, tais como perspectiva de futuro, educação, cultura, cuidados da cidade e do bairro, entre outras tantas possibilidades.

Uma questão interessante a se abordar seria o fato da educação, voltando ao conceito que o ser humano precisa do aprendizado, para formar seu comportamento, até mesmo para se tornar humano, esse conceito remeteria tranquilamente ao Paulo freire, patrono da educação no Brasil que trata da educação básica como uma etapa essencial do conhecimento, nas palavras do Pierre Furter:

Eis aí um princípio essencial: a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo, necessita limitar-se à alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado. A alfabetização merece destaque por ser o campo inicial do trabalho do autor, onde se encontra a maior parte das experiências, além de que é um tema da maior relevância social e política no Brasil, como em muitos outros países do Terceiro Mundo.(Furter, Pierre; Freire, Paulo)

De acordo com as palavras do mesmo, a educação básica se configura uma etapa essencial e talvez a principal, pelo fato de que é o estágio inicial do aprendizado humano onde geralmente, são as crianças que farão parte deste tipo de aprendizado, embora também existam iniciativas para que adultos que não tiveram a oportunidade de serem alfabetizados e que desejam aprender a ler e escrever também possam entrar na escola assim como também muitos jovens que buscam a reinserção na escola.

A atual situação educacional no Brasil é desafiadora, e os indicadores mostram alguns aspectos da mesma e o que poderia ser focado para a melhora, de acordo com o

fórum Nacional de Educação 2014, existiam aproximadamente 8,5 milhões de crianças na faixa etária de 0 à 3 anos e aproximadamente 6 milhões de 4 à 5 anos que correspondem respectivamente a educação infantil: Creche e a pré-escola, das quais , apenas aproximadamente 2,5 milhões estavam matriculadas nas creches, dentre os motivos poderiam ser incluídos o fato de que muitas vezes alguns pais optam por um dos conjugues cuidar dos filhos, já nos casos das crianças com idade de 4 à 5 anos aproximadamente 4,5 milhões estavam matriculadas, mas, levando em consideração apenas esta duas faixa etárias, apenas aproximadamente 7 milhões de crianças estariam matriculadas na faixa etária correspondente, o que corresponde em termos percentuais, cerca de 48% aproximadamente, ainda de acordo com a mesma fonte de dados, a população de 6 à 14 anos, com aproximadamente 29,5 milhões de indivíduos tem aproximadamente 23,5 milhões de matriculados na idade correspondente ou 81% e onde aproximadamente 27 milhões estão matriculados.

Já na faixa etária de 15 à 17 anos, existiam aproximadamente 10,5 milhões de jovens, dos quais, aproximadamente 8,5 milhões estavam matriculados, mas, na idade correta apenas aproximadamente 5.5 milhões ou aproximadamente 52%, então, vem um dos indicadores que vem dando dor de cabeça nos últimos tempos que é com relação ao ensino superior, considerando a faixa etária de 18 à 24 como idade ideal, temos aproximadamente 24 milhões de jovens onde aproximadamente 6.5 milhões estão matriculados em algum curso superior ou apenas 27%, e pior, apenas aproximadamente 3.5 milhões, estão matriculados na idade correta ou 14% aproximados.(FNE)

De acordo com os dados anteriormente lançados, percebe-se que duas faixa etária chamam atenção que são respectivamente, de 0 à 5 anos e de 18 à 24 anos, embora tenhamos observar que entre os jovens do ensino médio na faixa de 15 à 17 anos, mesmo tendo um índice próximo aos 81% de matriculados, ao observarmos

aqueles que estão na idade correta cai para pouco mais da metade, este índice de baixo número de crianças e jovens em idade para os seus respectivos estudos vem sendo estudados pelas autoridades, pois em muitos casos, a saída da escola pode ser explicada por casos de gravidez na adolescência ou ter que trabalhar para ajudar os pais logo cedo.

Esses dados remetem ao governo, a criação de alternativas para a melhora destes indicadores, entre eles temos o Encontro de Jovens e Adultos, que vai pegar da alfabetização ao ensino médio justamente pelo fato de que alguns jovens por não terem muitas oportunidades acabam precocemente sendo necessária a sua saída da escola, esses jovens a que a reflexão de Pierre Bourdieu se refere, que são oriundos de famílias com baixo "capital cultural" e que experimentaram acidentadas trajetórias que os afastaram do "tempo certo" da escolarização.

Esse afastamento em alguns casos, acabam deixando-os vulneráveis já que a possibilidade que esses jovens venham a ficar sem trabalhar e nem estudar também é um risco possível, fazendo-os em alguns casos, a unirem-se a facções criminosas ou praticando pequenos crimes, como diria um ditado popular “mente vazia, oficina do Diabo”.

Levando em consideração a modalidade de Educação Eja nos níveis fundamental e médio, no Brasil no ano de 2014 o ensino fundamental estadual e municipal pela modalidade, de forma parcial e integral juntos resultaram em aproximadamente 8,1 milhões de matriculados e enquanto o nível médio também de forma integral e parcial resultou em aproximadamente 1,6 milhões matriculados inicialmente, em comparação com a modalidade de ensino regular neste mesmo período entre todas modalidades, foi de 36,5 milhões aproximadamente(Censo escolar 2014).

Percebe-se por que o EJA vem sendo fortalecido recentemente, pois há este número significativo de alunos na modalidade Eja que não puderam concluir na idade

que seria considerada norma, chegando a ter uma relação de 26% quando comparada a modalidade regular de ensino, embora o essencial seria pensar em maneiras para evitar que estes jovens cheguem a sair da escola, pois, embora este número tenha sido, é possível que ainda tenham ficado de fora vários jovens e adultos, a Eja ainda contempla Uma outra forma de ensino, com o objetivo de dar uma perspectiva de futuro para a juventude, que são os chamados cursos técnicos que vão qualificar os mesmos, com conteúdos específicos voltados, para a sua inserção no mercado de trabalho.

Outro fato importante está no fato do acesso aos jovens ao ensino superior, onde as dificuldades impostas muitas vezes são excessivas para os alunos, principalmente aos jovens que forem negros. Segundo dados do portal do Mec, em 2013 dos estudantes que realizaram o Enade, há uma predominância de brancos com relação a negros, onde os que se auto declararam brancos correspondiam a 58% dos alunos entrevistados, e a população parda/negra correspondendo a 39%, o que por si só, já são dados alarmantes, para tentar combater este tipo de exclusão são criadas ações afirmativas que visam, equilibrar este tipo de acontecimento:

Atualmente, no Brasil, existe uma confusão entre o conceito de Aas e o de sistema de cotas. As Aas podem ser compreendidas como ações públicas ou privadas, ou ainda, como programas que buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas pertencentes a grupos específicos, alvos de discriminação. Tais ações tem como objetivo garantir o acesso a recursos visando remediar uma situação considerada indesejável. (Silva, Adailton et al)

Entre as cotas , o autor considera as mesmas como uma forma de equilibrar a balança entre as diversidades dos alunos nas instituições superiores, para assim, tentar ao máximo reduzir as desigualdades acentuadas, onde aos jovens negros se torna muito complicado o acesso a educação superior, restando em muitos casos, caminhos diversos a educação e como tal, acaba mantendo a situação do respectivo sempre na base da sociedade.

1.3. Juventude e Segurança pública:

Atualmente, vemos a figura dos jovens ser a cada dia mais danificada pela mídia e conseqüentemente, acaba passando para a sociedade uma idéia que talvez não corresponda a realidade, pois o que passa para quem observa, é que seria como se a população, liderada pela mídia quisesse se vingar dos jovens e adolescentes por este cometerem crimes, e, a sua legislação pertinente, que no caso é o estatuto da Criança e do adolescente, não permite que os mesmo sejam detidos até idade superior a vinte e um anos, e com isso esta população/ mídia tentam de alguma forma, influenciar medidas que busquem essa “justiça” que para eles, seriam um consolo para seus corações amargurados, os indicadores mais adiante, mostrarão que na verdade mesmo o jovem como um “criminoso” também são um dos principais a serem vitimados.

Há um grupo partidário, ao qual são denominados de bancada da bala, onde estão incluídos, membros da segurança pública, ex-militares entre outros da área, mais recentemente chamaram a atenção pela elaboração de dois projetos, o primeiro no que diz respeito ao porte de arma, no qual segundo o site Vermelho.org.br.

Renomeado como Estatuto de Controle de Armas de Fogo, a proposta reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra de armas no País; estende o porte para outras autoridades, como deputados e senadores; e assegura a todos os cidadãos que cumprirem os requisitos mínimos exigidos em lei o direito de possuir e portar armas de fogo para legítima defesa ou proteção do próprio patrimônio. (Marcia Xavier, 20/10/2015)

De acordo com atos praticados, estes membros da bancada , interpretam que se cada cidadão Brasileiro for portador de armas de fogo, dificilmente seriam alvos de crimes, praticados principalmente pelos menores, aí que entra o que foi falado antes no

tocante a vingança da população pois, supondo que a população armada, fosse alvo destes menores, bastaria revidar, matando ou sendo mortos pelos criminosos.

Não é possível afirmar que a mesma bancada foque só nos jovens, como praticantes de crimes, mas ao nos depararmos com situações como estas, é possível passar pela mente este tipo de pensamento, ainda mais, se for levado em consideração que esta mesma bancada está presente entre os responsáveis pela criação do projeto de redução de maioridade penal, onde, a maioridade penal, cairia para 16 anos em alguns casos específicos ao invés de 18 anos que são atualmente (camara.leg.br).

É uma proposta arriscada e ao mesmo tempo abusiva, pois, por que reduzir a maioridade se provavelmente a criminalidade passará a ser praticada pela faixa etária ainda mais jovem?

Segundo a revista Carta da capital, onde foi postado um trecho da fala de um dos representantes do projeto onde o autor afirma que os jovens de 13, 14 anos detidos tem que ficar em presídios, por natureza de crime, e receber como uma espécie de treinamento militar, qualificação profissional, será que não seria melhor criar/aperfeiçoar políticas de base que viessem a contribuir para com o desenvolvimento societário destes jovens? Ou, talvez, seja o mais conveniente para os representantes do povo brasileiro que seria jogar os jovens em “quartos” onde serão “preparados” para o serviço militar, diga-se para a sociedade? Rolim poderá expressar melhor esta situação do jovem brasileiro:

Quando (...) tratamos dos fatores de *risco* para a violência e a criminalidade, por exemplo, partimos do pressuposto de que é preciso *proteger* as pessoas mais vulneráveis, abrir alternativas a essas pessoas de tal forma que se reduzam as chances de seu envolvimento com atos infracionais etc. (...) Isso não nos oferece a garantia, entretanto, de que esse mesmo saber não será usado contra aqueles que pretendemos proteger. Assim, se a criminologia permite concluir que crianças socialmente marginalizadas e vitimadas pela violência

doméstica possuem chances muito maiores de desenvolver condutas infracionais na adolescência, tal informação pode ser lida por policiais ou por operadores do direito de forma a presumir que jovens com esse histórico são “suspeitos”. Dessa maneira, teríamos, paradoxalmente, um novo caminho para o reforço à hipótese repressiva e para a discriminação e a estigmatização dos jovens pobres. Vale ressaltar que casos assim deveriam, pelo contrário, estimular programas de proteção às crianças em situação de risco (2006, p. 107,).

Pelo que expôs o Rolim podemos perceber que em muitos casos acontece, que as autoridades olham os indicadores, e acabam por agir de forma contrária ao que deveria, mesmo tendo suas dúvidas esclarecidas, pois, ao que parece, além da imagem dos jovens, a imagem dos negros e pobres, está bastante afetada, o que essa bancada vem demonstrando, aplica-se perfeitamente o que expôs Rolim em sua obra.

Outro aspecto importante, principalmente hoje pelo fato de que pelo mundo globalizado atual, muitas pessoas tem acesso diariamente a internet entre outros meios de comunicação, o que é algo bom, pois, faz com que a população esteja atenta ao que acontece ao seu redor , diferente de outras épocas, mas infelizmente, em muitos, sempre existem formas de ofertar informações com o objetivo de manipulá-las o que gera por parte da população, interpretações antecipadas da mesmas para com os jovens, então, o que acontece é que essa mesma população em muitos casos, acabam pressionando estas autoridades que são responsáveis tanto pela elaboração de políticas, como de prevenção ou repressão na área da segurança pública, gerando erros ou sendo até provável, políticas meramente para satisfazer as demandas que a população impõe.

Voltando aos indicadores da juventude no Brasil, teve-se uma estimativa populacional em 2012 de aproximadamente 200 milhões de pessoas, destas 30% são jovens, teve também uma população negra “dominando” com aproximadamente 53% contra 46% de Brancos (IBGE 2013). Ao analisar os indicadores de violência do país, vemos que há um número excessivo nos indicadores de homicídios da população

sobretudo por armas de fogo que representa uma parcela considerável do indicador onde após a implementação do estatuto do desarmamento em 2003 o mesmo se tornou responsável pela redução do número de armas em mãos das pessoas no país.

Mas, mesmo com a implementação do estatuto, o número de homicídios por armas de fogo no país continuou sendo um dos maiores do mundo onde pulou de aproximadamente 37.000 em 2004, para aproximadamente 43.000 em 2012, número esse que vinha de 3 anos de reduções, em 2009, 2010 e 2011 e dando um salto em 2012, desses, ainda temos uma evolução de aproximadamente 23.000 em 2004 para aproximadamente 25.000 número de homicídios por armas de fogo entre jovens de 15 a 29 anos de idade, o que representou neste período mais de 50% das mortes da população total, só nesta faixa etária de jovens o que torna algo assustador e extremamente preocupante para a nossa realidade.[Fonte: Mapa da violência 2015- Mortes matadas por armas de fogo.]

Ao se deparar com estes indicadores, percebe-se, que, além de ter um dos maiores índices de assassinatos do mundo só por armas de fogo, ainda consegue-se identificar tentativas por parte de alguns gestores, de colocar os nossos jovens em cárceres, quando na verdade, os mesmos deveriam se preocupar não apenas com a repressão, mas, também com a base destes jovens, pois se é na infância que se começa, por que não se investir nela? Ou como diria Pitágoras , *eduque as crianças para que não seja necessário punir os adultos.*

Outro temas bastante associado a segurança pública e a segurança dos jovens no Brasil, é chamada violência policial, mas, precisamos identificar, qual seria o poder de polícia na sociedade Brasileira, na constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 144 que:

A segurança pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal,II - polícia rodoviária federal,III - polícia ferroviária federal,IV - polícias civis,V - polícias militares e corpos de bombeiros militares(Constituição 1988).

A constituição mantém a segurança pública a ser exercida através dos órgãos policiais e tem como foco a preservação da ordem pública, para isso O Claudio Pereira 2007 nos dá duas concepções distintas sobre segurança pública, uma primeira, fala que a missão da polícia tem mais a ver com a repressão, estado de guerra, combate entre outros, onde as “favelas são territórios hostis e precisam ser ocupadas” através do poder militar, ele fala também que as políticas de segurança são baseadas em estratégias de guerra. Existe ainda uma outra concepção que diz o seguinte:

O cidadão é o destinatário desse serviço. Não há mais “inimigo” a combater, mas cidadão para servir. A polícia democrática, prestadora que é de um serviço público, em regra, é uma polícia civil, embora possa atuar uniformizada, sobretudo no policiamento ostensivo. A polícia democrática não discrimina, não faz distinções arbitrárias: trata os barracos nas favelas como “domicílios invioláveis”; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo. (Pereira,Claudio 2007)

As duas hipóteses do Claudio pereira bastante distinta em sua essência, onde uma abordará a democracia como foco e esta trata a polícia como um agente da democracia, onde a mesma respeitará todos os cidadãos, justamente pelo fato de serem todos cidadãos, tentando, da melhor forma possível, juntamente com a população encontrar pontos de convergências, onde pelo conceitos, passa a idéia de uma polícia que aceita a opinião da população para poder se moldar e assim oferecer um serviço público de qualidade pois, como o mesmo colocou, não “inimigos” a combater e sim, cidadão ou até mesmo irmãos a servir, e não voltar a política do “bate primeiro e pergunta depois”.

Já na hipótese em que trata da constituição Brasileira, foi percebido pelo Claudio, que a constituição trata da segurança pura e simplesmente, como manter a ordem, e para isso acaba muitas vezes dando brecha para que maus policiais possam agir pois, o texto constitucional passa a impressão que para que pessoas estejam em segurança, se faz necessário que outras sejam machucadas, a tese de Benoni Belli 2004 por exemplo, trata os motivos da violência policial entre eles:

A justificção da violência policial como única alternativa para combater o mal se conjuga com os estereótipos que identificam os setores supostamente mais propensos ao crime. Esse segundo aspecto é igualmente essencial nos discursos sobre a violência: não basta observar que o mal deve ser erradicado, uma vez que o criminoso dificilmente poderia ser reeducado; é preciso contar também com determinados parâmetros que orientem a ação voltada para erradicação do mal. Em outras palavras, deve-se identificar e classificar a população pelo grau de periculosidade, pelo risco potencial que pode oferecer à segurança da sociedade. Note-se que nem sempre se trata de um raciocínio estratégico tão claro, uma vez que o alvo preferencial da vigilância se impõe quase automaticamente, como efeito da naturalização das desigualdades.

(Belli, Benoni;2004)

É interessante o que diz Benoni, pelo fato de que a polícia age como uma organização separatista, onde pelos indicadores atuais, já dá para identificar basicamente os “clientes contemplados”, pelos seus serviços e se você estiver incluído na população jovem, negra, pobre e masculina, terá grandes possibilidades de estar na mira destes maus policiais, o que não levar a generalização do sistema, mas que provavelmente esse público-alvo em específico, estará bem mais cotado a serem vitimados.

Talvez seja por este motivo que em dezembro de 2015 o carro onde estavam cinco rapazes no subúrbio do Rio de Janeiro foi fuzilado em Costa Barros sendo atingidos por pelos menos 50 tiros no veículo de 111 disparados, com o transcorrer do caso, aos policiais indiciados, coube o óbvio, afirmar que foi em um tiroteio, mas,

testemunhas afirmaram que os jovens foram comprar um lanche e nessa disputa de quem está certo as famílias dos jovens continuam em sofrimento pela perda.

A questão que fica é a seguinte: Se fosse em um bairro de melhores padrões, com jovens de uma classe “superior”, será que o tratamento utilizado por estes policiais seria o mesmo, e realmente seria necessária tamanha brutalidade, onde 111 tiros foram disparados?

A área de repressão da segurança pública no Brasil, é bastante visada e criticada, mas, não só existem medidas que visam a repressão como existem medidas que foram criadas para a prevenção e com base nestes argumentos assim como tantos outros relacionados a área da segurança, fez com que fosse criado o programa Nacional de segurança pública com Cidadania- PRONASCI.

O PRONASCI marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.(mj.com.br)

Entre os projetos que fazem parte do Pronasci estão o Bolsa formação, que são as bolsas que são ofertadas aos policiais, como forma de incentivo da participação dos mesmos; tem a formação policial em si, para fazer o aperfeiçoamento de técnicas e a aprendizagem de técnicas inovadoras, com objetivo de melhor atender a população; tem também as mulheres da paz que capacitará mulheres líderes dos bairros de forma a fazer

a aproximação entre os jovens alvos do Plano; protejo Jovens bolsistas em território de des-coesão social agirão como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades; Melhora do sistema prisional; plano de habitação para profissionais de segurança pública e parcerias com ministérios e secretarias.(mj.com.br)

1.4. Juventude e emprego no Brasil:

É sabido, que a juventude compreende, uma fase de mudanças um período de transição entre a vida adulta, uma fase de suma importância não só para os jovens como inclusive para toda uma sociedade, pois, dependendo do caminho que o mesmo escolher poder acabar influenciando de maneira positiva ou negativa.

É nesta fase, que os jovens estão entrando no mundo adulto, onde surgem as primeiras tentativas de inserção no mercado de trabalho, onde muitas vezes acabam sendo frustradas e ao jovem só lhes resta em alguns casos, desistir, o emprego é de bastante importância pois, a tendência é que se configure uma espécie de recompensa por qualificação recebida, então, com base nesta lógica, é necessário esse cuidado especial para com os jovens nesse período de inserção no mercado de trabalho, para que os mesmos possam entrar melhores preparados.

Foi visto durante o capítulo, o conceito de moratória social, no qual seria um período de aprendizagem, no qual caberia aos jovens se prepararem da melhor forma possível, se qualificando ao máximo até que os mesmos consigam a sua independência financeira, induzindo a sua saída das casas dos pais (Camarano). Também foi visto que

nem todos os jovens tem acesso a essa moratória, já que em muitos casos eles precisam dividir a atenção entre os estudos e a vida profissional por vários motivos. Como afirma Roberto Gonzalez:

moratória *vital* – decorrente do fato de que os jovens estão a princípio mais longe da velhice, da enfermidade e da morte – que se integra a uma memória geracional, elaborada a partir das experiências compartilhadas. Daí que a condição juvenil não se restringiria apenas à experiência da escolarização descompromissada, típica de um segmento social mais ou menos restrito, mas permitiria acolher também experiências em que os eventos característicos – saída da escola, entrada no mundo do trabalho etc. – não se sucedem linearmente, mas por vezes se sobrepõem ou se desvinculam.

(Roberto Gonzales, 2009)

O tema emprego é tão importante, para os jovens que, inclusive é uma das prioridades na Primeira Conferência Nacional da Juventude, e teve entre os seus requisitos: a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem prejuízo da remuneração; crédito para a juventude, e a criação de um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo, da juventude do campo e da cidade, desburocratizando o crédito, a formação e o mercado consumidor. Outras medidas sugeridas nessa Conferência foram ampliar os programas governamentais, voltados ao primeiro emprego, garantindo a co-gestão da sociedade civil e reformular as leis do estágio e do aprendiz, visando garantir os direitos trabalhistas e convenções coletivas, para os jovens da cidade e do campo, respeitando as realidades regionais (I Conferência Nacional da Juventude).

No Brasil, temos algumas iniciativas em que se tem por objetivo, a melhora das condições juvenis, mas que, em certos aspectos, sofrem críticas por parte de alguns autores. Entre essas estão as políticas de incentivo para contratação de jovens, que segundo Roberto Gonzalez [2009], são não evolutivas, já que a inserção do jovem no mercado depende da criação de oportunidades de trabalho e não só da sua qualificação,

mesmo essa sendo de suma importância. Para o autor, este tipo de política, em alguns casos, resultaria na substituição dos adultos pelos jovens, já que o salário dos últimos tem, em geral, custos menores, gerando a situação indesejada em que o Estado auxilia as empresas contratantes a diminuir seus custos via contratação de jovens. Também existem iniciativas onde se busca a qualificação do jovem para a sua inserção no mercado de trabalho, como exemplo, o SENAI e o SENAC, instituídos pela lei de número 8621/46 que criou o SENAC, e o decreto de número 408/42 que criou o SENAI, onde compete a cada um:

- SENAI: O Artigo 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários;
- SENAC: Art. 1º. Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. Parágrafo único. As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

Uma outra forma de inserção do jovens são as políticas de estágios combinadas com qualificação. Como exemplo mais recentemente desse mecanismo temos a lei de número 12.513/2011 que institui o Pronatec em articulação com o Projovem, com os seguintes objetivos, I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por

meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho emprego e renda (Casa Civil).

Ou seja, os jovens estudariam, se qualificando para em seguida, receber a sua oportunidade de emprego, e assim garantindo um quesito de suma importância para o mercado de trabalho, que no caso seria a experiência profissional, onde os conhecimentos adquiridos, não seriam jogados fora com o tempo, e assim, evitar manter aqueles jovens esquecidos pela falta de experiência, por que em muitos casos, o mercado de trabalho não procura apenas os que tenham qualificação acadêmica, mas sim, aqueles que possuem a prática.

2.A JUVENTUDE NA PARAÍBA: ALGUNS INDICADORES BÁSICOS

Foi visto no decorrer do capítulo anterior que a juventude se encontra em uma situação diferenciada com relação as demais faixas etárias, pois, encontram-se em formação física/psicológica, ou seja, além de ocorrer o desenvolvimento físico, estão vulneráveis a tudo que acontece ao seu redor, que, poderá influenciar no que o mesmo se tornará no amanhã. Desse modo, em muitos casos, cabe ao Estado buscar ofertar as condições necessárias para que o seu desenvolvimento ocorra de forma adequada, embora, entenda-se que em muitos casos, não se dará de forma ordenada.

A questão do negro assim como a juventude na sociedade brasileira, é bem complexa pois, envolve vários aspectos, inclusive históricos e culturais, já que uma grande parte da questão do preconceito existente na atualidade se deve a fatos oriundos ao longo do processo de escravidão e de exclusão da população negra das condições básicas da cidadania.

Embora não tenhamos mais a “migração” forçada dos negros, saindo da África para serem humilhados e explorados em terras brasileiras, não precisou manter os negros cativos, para mantê-los subjugados, pois o que ficou, e o que foi se aperfeiçoando com o tempo, foi o preconceito para com os mesmos.

Uma tentativa intelectual de equacionar a grave questão racial e do racismo no Brasil ocorreu com os célebres trabalhos de Gilberto Freyre, autor cujas teses sobre a democracia racial trouxeram ilusões, de que o Brasil era um “paraíso das raças”. Como afirma Guimarães:

Gilberto Freire [...] promoveu uma revolução ideológica no Brasil moderno ao encontrar na velha, colonial e mestiça cultura luso-

brasileira, nordestina, a alma nacional. Ethos esse que logo ganhará em seus escritos políticos a partir de 1937, o nome de democracia racial e étnica em oposição a democracia política da América do Norte e dos Ingleses. (Guimarães, 2004)

Até mesmo recentemente, o Brasil era visto como democrático racialmente, pois, por ter sido resultado de inúmeras miscigenações, passou a ideia inclusive a brasileiros, que não havia preconceito por aqui mas, quando vemos na prática, não é o que acontece, sobretudo se olharmos os indicadores sociais entre eles dados do Ipea onde mostra a média de renda da população Brasileira, em 2013 a renda média do Brasileiro era 1715,00 , a de pessoas brancas ocupadas, com 16 anos ou mais, era de 2200,00 R\$ enquanto para a população negra essa média era de 1200,00R\$, ou seja, a população negra ainda conseguiu ficar abaixo da média nacional, e este é apenas um de outros exemplo da opressão sofrida pela raça negra, tem questão da violência contra os negros, que inclusive é um dos motivos para criação deste trabalho, esses indicadores apresentam um histórico bastante hostil para a população negra em nosso território, principalmente aos jovens que hoje na questão da segurança são bastante vitimados.

Nos voltando a uma realidade mas local, e assim tomando como referência o estado da Paraíba como ponto de observação, veremos que o estado apresenta indicadores preocupantes, pois, o mesmo vem passando por um cenário de verdadeiro massacre de jovens, principalmente se os mesmos forem além, de jovens, pobres e negros.

2.1.Quantitativo de Jovens na Paraíba: uma visão geral

A Paraíba é estado Brasileiro localizado na região nordeste, que nos últimos anos vem surpreendendo infelizmente por “ostentar” posições em indicadores sociais e de violência altamente preocupantes e gravíssimos.

A Paraíba segundo estimativas do IBGE no ano de 2013 tinha uma população de 3.991.950 pessoas, com 1.937.693 pessoas do sexo masculino, e 2.054.257 do sexo feminino, números que correspondem a, respectivamente ,48,54% e 51,46% . Segundo o IBGE, ainda no ano de 2013 havia somente na faixa etária de 15 a 29 anos um percentual de jovens de ambos os sexos, na faixa de 26,12% em relação ao total da população, percentual que corresponde a aproximadamente 1.042.698 jovens. No estado , esse percentual, representou uma redução de 2,16% com relação a treze anos atrás em 2000 como será visto mais adiante no gráfico.

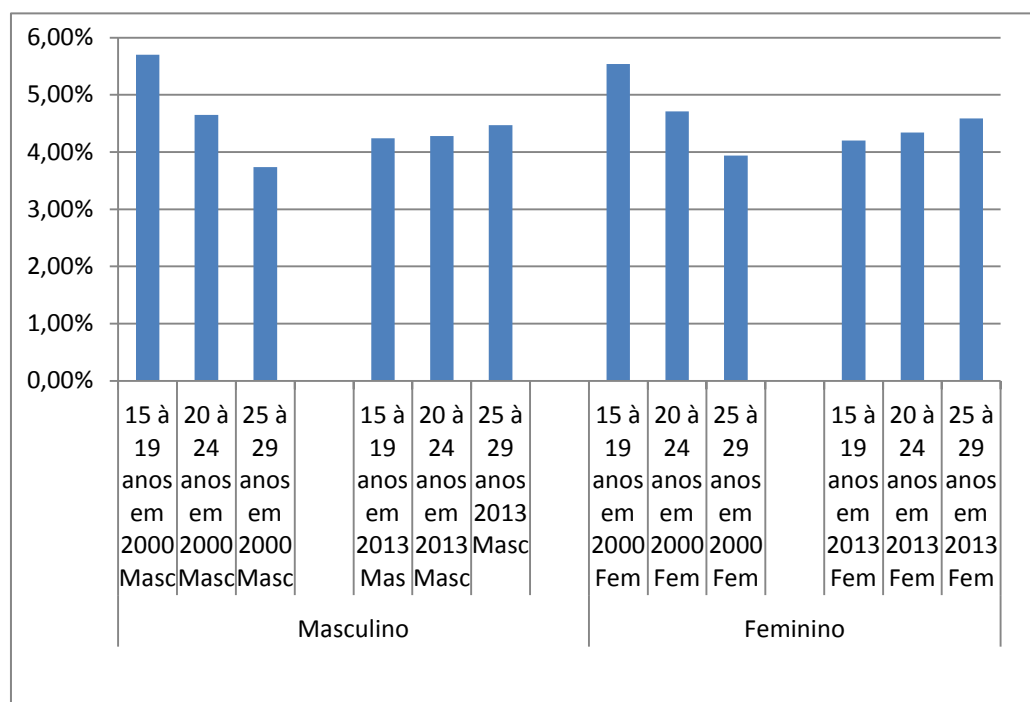


Gráfico 1. Paraíba: Percentual de jovens de 15 a 29 anos na população de 2000 e 2013. Fonte: IBGE 2013

O gráfico acima mostra o percentual de jovens existentes nos anos 2000 e 2013. Como base de análise, o foco foi a população de 15 a 29 anos onde, a faixa de 15 à 19 anos do sexo masculino sofreu uma redução, em 13 anos, de 5,70%, em 2000, para 4,24% em 2013. Já na faixa etária dos 20 a 24 anos, também do sexo masculino, a proporção caiu de 4,65% para 4,28%, enquanto na de 25 a 29 anos, houve um aumento

de 3,74% em 2000, para 4,47% em 2013. Já no que diz respeito ao sexo feminino, na faixa etária de 15 a 19 anos houve redução de 5,54% para 4,20%; na faixa de 20 a 24 anos, também houve uma pequena redução de 4,71% para 4,34%, enquanto que na faixa de 25 a 29 anos houve aumento do percentual, saltando de 3,94% no ano de 2000 para 4,59% em 2013.

Com base neste indicadores percebe-se um declínio da participação de jovens na população paraibana, que passa de 28,28% no ano de 2000 para 26,12% no ano de 2013. Essa diferença de 2,16%, parece a primeira vista um percentual pequeno mas, quando pegamos a população estimada em 2013 de 3.991.950, e utilizarmos como base para comparação entre os dois percentuais, percebe-se uma diferença de aproximadamente 86.226 jovens a menos em 2013 com relação ao 2000.

Outra questão também diz respeito a população de negros na Paraíba, pois a mesma, se levarmos em consideração dados do IBGE da população estimativa na Paraíba em 2013, e por ausência de dados que dizem respeito a cor de pele no nível estadual, será utilizada a proporção do censo de 2010 como base para suposição/comparação, e então sabendo que em 2010 a proporção da população Paraibana era de 58,40% de negros (pretos e pardos), 39,80% de brancos e 1,80% de indígenas e amarelos teríamos por aproximação, um cenário de predominância entre negros (pardos e pretos) e brancos com valores respectivamente 2.331.299 para negros e 1.588.797 para brancos, enquanto indígenas e amarelos se apresentariam nestas condições, com 71.856 entre seus representantes.

2.2.Jovens E Educação Na Paraíba

No nordeste, segundo dados do Inep e tomando por base, o ano de 2013, havia na educação infantil uma média de 17,3 alunos por sala de aula, já no nível fundamental haviam 22,2 alunos por sala de aula, e no ensino médio haviam 32,5 alunos por sala de aula, enquanto na Paraíba, na educação básica haviam 17,3 alunos por sala de aula, no ensino fundamental havia uma média de 20,9 e no ensino médio uma média de 28,9 alunos por sala de aula. Com relação a média de alunos por sala de aula a Paraíba como os dados apontam, fica abaixo da média do nordeste em dois níveis de ensino, no fundamental e no médio.

Ao observarmos a questão da distorção idade-série – um indicador responsável por identificar o percentual de alunos fora da idade que seria considerada normal naquela série – e com base novamente com dados retirados do Inep, em 2013, na região nordeste, o ensino fundamental apresentava uma taxa de distorção idade-série de 28,9 ou seja, de todos os alunos, este percentual que se apresenta em idade “irregular” com relação a série que ocupa, e no ensino médio o nordeste apresentou uma taxa de 39,4% de alunos fora da idade considerada normal para cursarem as suas respectivas séries escolar de nível médio.

Já na Paraíba, no ensino fundamental apresentava em 2013 uma taxa de 29,5% de jovens alunos fora da idade escolar considerada ideal e a nível de ensino médio apresentou uma taxa de 35% dos jovens. Ou seja, no ensino fundamental a Paraíba tem um indicador um pouco pior em relação à média regional, enquanto que no ensino médio verifica-se um cenário um pouco melhor [ou menos pior] com a taxa de distorção idade-série na Paraíba 4.4 % menor que a média regional, ou seja, há menos jovens na

Paraíba cursando o ensino médio que estão com a idade acima daquela considerada a ideal do que a média a nível de região.

Já na tocante ao rendimento escolar, na região nordeste, em 2013, no ensino fundamental, houve uma taxa de 85,1% de aprovação para os alunos, e no ensino médio uma taxa de 79,3% de aprovação neste nível de ensino, enquanto que na Paraíba a taxa de aprovação para o ensino fundamental esteve em 2013, com algo em torno de 84,2%, e no ensino médio com uma taxa de 78,3%, um pouco abaixo da média regional o que já pode ser considerado preocupante levando em consideração que a comparação é com a média da região onde há inúmeros estados para se comparar apenas com a Paraíba.

Outra questão relacionada à educação, é a do abandono escolar, pois, como é sabido, lugar de jovem é na escola e a questão do abandono escolar pode ter influência significativa no futuro do jovem, pois, os mesmos se tornam mais suscetíveis a todo o tipo de violência, entre elas, talvez a que mais preocupe, que seria o envolvimento com pessoas de má índole, que possam utilizar o perfil do jovem como “protegido” pelas leis para conseguir explorá-las a seu modo.

Com relação a esse problema, e fazendo uma comparação entre o nordeste e a Paraíba, segundo dados do Inep, no Nordeste no ano de 2013, no ensino fundamental, houve uma taxa de abandono de 3,7 e no ensino médio, uma taxa de abandono escolar de 9,7% dos jovens, enquanto que na Paraíba a situação é a seguinte: no nível fundamental há uma taxa de abandono escolar, em torno de 5%, e no ensino médio em torno de 12,7% dos jovens. Levando-se em consideração que o Brasil possui uma taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 2,2%, e no ensino médio de 8,1%, percebe-se que a Paraíba tem uma situação bem desafiadora para os próximos anos de

gestão pois, a diferença para a média nacional é acentuada, e o abandono escolar é uma questão de extrema importância para os jovens.

2.3. Indicadores de Violência contra Jovens na Paraíba

Mudando o foco para o ponto central deste trabalho, temos a questão da segurança dos jovens na Paraíba que, como os indicadores a seguir irão mostrar, existe um problema gravíssimo com relação a homicídios onde a sensação de que uma “guerra civil” se instaura não seria exagerada diante dos números apresentados. Um problema bastante comum na realidade da juventude não só paraibana como também a Brasileira, seria a questão das armas de fogo pois, um dos maiores indicadores de assassinatos no país e no estado, estão justamente relacionados ou diretamente, ou indiretamente as armas de fogo.

Em 2003, foi criado o estatuto do desarmamento para que pudesse ser realizada o monitoramento das armas fogos em circulação pela sociedade. A lei do desarmamento cria um sistema para o controle destas armas, o denominado Sinarm – Sistema Nacional de Armas, com as atribuições de, segundo a própria lei 10.826: identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro; cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País e cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal.

De uma forma geral, a lei vai ser bastante rígida no que diz respeito ao porte de armas de fogo sem, contudo, proibir o cidadão de possuí-las, apenas estabelecendo critérios para a sua utilização. O que acaba acontecendo de um modo geral, e também

na Paraíba, é que o tráfico ilegal de armas de fogo faz com que as mesmas cheguem facilmente nas mãos de pessoas que não deveriam portá-las, entre elas justamente os jovens.

De acordo com dados retirados do Sinarm, em 2010 no Brasil haviam cerca de 15.996.301 armas de fogo no país, das quais 52,4% eram armas legais e 47,6% armas ilegais, que correspondem respectivamente a 8.378.608 e 7.617.693 armas onde, como já demonstrado anteriormente, é de competência da polícia Federal o registro das armas de fogo através do Sistema Nacional de Armas, na Paraíba segundo o tribunal de justiça é de competência do exercito o recolhimento das armas de fogo no Estado:

Art 11. Independente da fase em que se encontre o processo de armas de fogo e munições deverão ser encaminhadas ao comando do exercito Brasileiro competente, para destruição ou doação, após a elaboração do respectivo laudo pericial, intimação das partes sobre o seu resultado e eventual notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição, nos termos previstos no artigo 25 da lei Federal nº 10.826/2003, e na resolução nº 134/2011, do conselho Nacional de Justiça.

(Provimento, CGJ nº 015/2014)

Segundo o Sistema Nacional de armas, a Paraíba tinha em 2010 em torno de 98.076 armas de fogo registradas no sistema, com um aumento em relação a quatro anos antes que tinha 91.004 registro de armas de fogo(Vivario.com.br). Segundo Dreyfus Nascimento 2009 na Paraíba a cada 100 pessoas existia entre 2,06 e 3,63 armas de fogo de forma legal, já as armas de fogo ilícitas na Paraíba, a cada 100 pessoas existiam em torno de 4,26 e 6,44 segundo esses indicadores, no período em questão existiam quase 2 vezes mais, armas de fogo não registradas do que registradas [Congressoemfoco.uo.com.br].

Se olharmos ainda para a realidade na Paraíba, de acordo com dados do Mapa da Violência,¹ os indicadores de violência mostram que o número de assassinato por armas de fogo a partir de 2003 começou a oscilar o que pode ser associado a criação do estatuto do desarmamento que, restringiu o acesso da população a armas de fogo, o que possibilitou a estabilização dos indicadores, embora os mesmo ainda permaneçam elevados como veremos a seguir.

Na Paraíba, em 2002, foram assassinados na população total, 451 pessoas e em 2012 foram assassinadas 1260 pessoas, com um aumento em 10 anos de 279%,. Enquanto que na região nordeste, nesse período de tempo, houve uma variação percentual de +189,06%, o que significa que a Paraíba subiu muito os seus indicadores de homicídios por armas de fogo em apenas 10 anos ficando bem acima da média do nordeste. Já 2002 na Paraíba foram assassinados por armas de fogo 242 pessoas jovens e em 2012 aumentou para 780, o que representou um aumento de 322% em apenas 10 anos.

Para se ter noção deste indicador, basta comparar com os números do nordeste que teve um aumento em 10 anos de 195%, indo de 5.373 em 2002, para 10.510 em 2012, isto significa que o aumento de mortes na Paraíba dos jovens quase que dobrou com relação ao nordeste, o que algo assustador, e a Paraíba neste ano ainda ficou na 5ª colocação com uma taxa 75/100 mil no triste Ranking do país, só ficando atrás de Alagoas(123,6), Espírito Santo(91,8), Ceará(82,9) e Bahia(81,8) [Mapa da violência 2015].

Outra questão importante diz respeito ao pico no número de homicídios que chega ao auge aos 19 anos com uma taxa de 62,9/100 mil , o que dizer, que a cada 100

¹ O mapa da violência foi elaborado pelo pesquisador Waiselfilz com o objetivo de fornecer dados sobre a segurança pública no Brasil.

mil pessoas, morrem 62,9 jovens o que é um número bastante significativo, e destes jovens, 95% são do sexo masculino.

O problema do racismo na população brasileira também pode ser demonstrado quando se trata dos indicadores de violência pois, segundo o mapa da violência, em 2012 no Brasil morreram 10.632 brancos e em contra partida foram mortos 28.946 negros , número que ultrapassa o de brancos, quase 3 vezes. E os jovens também tem sua participação significativa nestes indicadores sociais, pois, nesses indicadores os jovens assassinados foram 5.350 brancos contra 17.800 de negros, número esse que é ainda mais surpreendente pois, comparado com a diferença da população total, nesta morrem 332,71% mais negros jovens no Brasil que brancos jovens.[Mapa da Violência 2015]

Na Paraíba no período de 2002 , haviam morrido 34 pessoas brancas, contra 368 pessoas negras ou seja, 1082,35% mais negros mortos que brancos. Em 2012, o número de pessoas brancas assassinadas foi de 59, enquanto o de pessoas negras foi de 1078, ficando uma diferença de 1827,11%. Em outras palavras, na Paraíba enquanto morre 1 pessoa branca, morrem simultaneamente mais de 18 pessoas negras, número esse que pode ser comparado com o da região que já é altíssimo: no Nordeste em 2012 o número de brancos mortos foi de 1.215 contra 13.647 negros assassinados, com uma diferença de 1123,20%, um jovem branco assassinado a cada 11 jovens negros.

3. O PLANO JUVENTUDE VIVA

3.1. Antecedentes:

A juventude como já foi visto, é uma etapa de transição para a vida adulta, onde se prepara o jovem para o que ele quer ser, ou melhor dizendo, para o que a sociedade quer que ele seja, pois, em muitos casos não cabe ao jovem decidir sobre uma coisa ou outra, pois, a própria realidade mostrará o caminho e só caberá a ele decidir se segue ou não.

Contudo, também sabe-se que a juventude é um agente de desenvolvimento da sociedade: é o jovem quem muitas vezes age como transformador, aquele que trás mudanças para a sociedade. A história apresenta inúmeros casos nessa direção, pois, coube aos jovens mostrar isso sempre em que foi necessária a sua intervenção, pois sem a mesma, talvez o Brasil, ou até mesmo o mundo estivesse na “mesmice” de sempre.

Se for tomado como exemplo, maio de 1968, em Paris, tem-se um dos exemplos importantes dessa participação juvenil, pois, como se sabe, foram os estudantes de Paris, que iniciaram todo o processo de movimento, justamente para trazer as mudanças necessárias na sociedade, lutando por uma disciplina mais branda nas escolas e de uma forma geral, combater alguns preconceitos típicos daquela época não só na França, como também em outros países.(Ribeiro et al, 2001)

Maio de 1968 é um marco simbólico nas transformações sociais profundas que influenciaram nossa história recente. Na França, a revolta começou com uma série de protestos estudantis em universidades. Em seguida os trabalhadores uniram-se aos estudantes e decretaram uma greve geral. O movimento foi rapidamente alastrado para outros países em um combate às tradições sociais, contra o

capitalismo e imperialismo e contestação ao fenômeno burocrático. Antes de maio de 68, a disciplina rígida imperava nas escolas francesas, mulheres pediam autorização aos cônjuges para expressar opiniões, abrir conta bancária, sair para rua e o homossexualismo era considerado doença. Após o movimento, as relações entre raças, sexos e gerações foram modificadas, e esses princípios foram difundidos pelo restante da Europa, dando início a um novo mundo.

(Ribeiro et al, 2001)

A juventude Brasileira também não fica atrás, no que diz respeito a busca pelos seus direitos, pois temos inúmeros casos da participação da mesma em atividades de suma importância para o país, e mais recentemente na parte política, a juventude brasileira conseguiu se reunir para a tratativa de obtenção de seus direitos na primeira conferência nacional da juventude onde o objetivo como já foi dito, foi inserir a juventude em um contexto mais digno, desbravador de políticas públicas, que venham justamente trazer a efetivação da juventude como sujeito de direitos, como agente transformador, como um protagonista da sociedade Brasileira, e não só apenas, como mero coadjuvante.

A I Conferência da Juventude no Brasil, realizada em 2008, significou um marco importante para o debate sobre políticas públicas para a juventude no país. Mostrou que os jovens do Brasil estão atentos as suas necessidades e como tal, não poderiam deixar de requisitar seus respectivos direitos. Os temas abordados nas conferências que foram divididas em municipais, estaduais e a conferência nacional, trouxeram a debate, temas como saúde, educação, trabalho, cultura entre tantos outros de extrema relevância para a juventude. Nos temas abordados na primeira conferência, foram feitas cerca de 3.956 propostas pelos delegados dos estados, onde a área de educação se sobressaiu com uma grande diferença para as demais áreas, com 1087 propostas, em segundo o tema trabalho com 506 propostas, seguido de cultura,

sexualidade e saúde, participação política, meio ambiente e segurança e direitos humanos, com, 449, 344, 302, 280 e 218 propostas, respectivamente.

De acordo com a I Conferência e suas propostas, ficou claro que a juventude brasileira, vem buscando alcançar os seus direitos e que já traçou a sua rota para conquistá-los. Primeiro, a área da educação, um tema complexo mas, que foi bastante destacado, especialmente no tocante aos recursos destinados para tal finalidade, com a busca de aumento dos investimentos na área da educação nos seus ensinos, de forma gratuita e de qualidade, como condição para a melhora da educação; outra questão tocada no financiamento, foi a da democratização e transparência.

Também no que diz respeito à educação, as propostas enfocaram a questão da regulamentação do PL que viesse a decretar 50% de alunos oriundos de escola públicas nas instituições superiores e o aperfeiçoamento do Projovem. Cumpre registrar que a Lei 12.711/2012 estabeleceu o sistema de cotas para o acesso às universidades públicas, garantindo que 50% dos estudantes sejam egressos de escolas públicas [e que metade desse percentual seja oriundo de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio. O Decreto 7.824/12 regulamenta a mencionada Lei.

Outro tema bastante importante para este trabalho, ou para a juventude que é a segurança, esteve apenas com a sétima colocação no ranking de propostas da primeira Conferência, talvez, não por falta de interesse mas por outras questões que também são de extrema importância para a juventude, o que acabou deixando o tema um pouco para trás. Contudo entre as propostas realizadas que foram algo em torno de 218, estiveram presente questões atuais e presentes em inúmeros debates não só entre os jovens mas, na sociedade brasileira como um todo, como, por exemplo, a questão da redução da maioria penal, onde a conferência mostrou claramente o posicionamento dos

principais interessados na temática, os jovens, onde os mesmos se posicionaram contra a redução da maioria.

Outro tópico discutido foi a questão dos jovens egressos das medidas sócio educativas, onde a respectiva conferência tomou todo o cuidado de observar esta questão para que o jovem egresso, não se torne alvo fácil para a sociedade já que, para uma parte deles, existem pouquíssimas oportunidades de recomeço.

Entre as medidas citadas, foram colocados a questão da oferta de educação, lazer, formação profissional e claro o ingresso no mercado de trabalho. Uma última questão que também foi abordada na primeira Conferência da Juventude, e que foi observado em capítulos anteriores, que é a não associação do jovem como foco de problema e marginalização.

É claro que, uma reunião desta magnitude direcionada para a juventude deveria colher bons frutos. Em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional de número 65, que incluiu o termo “jovem” no título do Capítulo VII e em outros preceitos constitucionais, passando os mesmos a terem prioridades em determinados casos e também na criação de políticas públicas.

Cabe ressaltar que antes da aprovação da mencionada emenda e mesmo antes da I Conferência Nacional da Juventude, também já havia sido criada a lei de número 11.129/2005, que criou o Projovem programa do governo Federal que tem como objetivo a recuperação para os estudos, jovens que por algum motivo não puderam completar seus estudos na idade correta, e o Conselho Nacional da Juventude, além de ter definido a juventude como a faixa etária entre 15 e 29 anos de idade a serem atendidas pelo programa.

Ainda mais recentemente, foi criado o Estatuto da Juventude, no ano de 2013, pela lei 12.852. Este, pode-se dizer que foi realmente uma conquista da juventude brasileira, pois o mesmo pretende regular todos os direitos da juventude, sem contar, que o mesmo veio para sedimentar o resultado dos esforços tanto por parte do governo que já vinha trabalhando políticas direcionadas a juventude seja através do ECA, da criação da SNJ, do CNJ, das Conferências da Juventude, e programas direcionados a este público alvo.

Como resultado dos esforços da juventude agora são reconhecidos pelo mencionado Estatuto 11 direitos: a Diversidade e à Igualdade; ao Desporto e ao Lazer; à Comunicação e à Liberdade de Expressão; à Cultura; ao Território e à Mobilidade; à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; à Cidadania, à Participação Social e à Representação Juvenil; à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; à Saúde; à Educação e, por fim, à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Além disso, o Estatuto prevê inclusive que poderá abordar jovens abaixo dos 15 anos de idade, desde que em legislação pertinente,.

3.2. O Plano Juventude Viva No Brasil

A juventude no Brasil como foi visto, se encontra em situação delicada em alguns aspectos, mas, também tem que se ter consciência de que a mesma vem lutando por seus direitos e que realmente vem conquistando aos poucos, os mesmos, claro que ainda há muito por fazer para obter uma situação realmente satisfatória, mas, pelo que se tem visto nos últimos anos, já passa uma sensação de mais esperança para as próximas gerações.

Visando resolver, ou ao menos tentar reduzir os indicadores destacados anteriormente, foi criado o Plano Juventude Viva, que é um plano do governo federal, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra

De acordo com os documentos oficiais, o Plano Juventude Viva, é coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada originalmente à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

O Plano reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.[Website do PJV, ultimo acesso, 15/05/16] Também participou da criação do Plano o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais [juventude.gov.br]

O Plano Juventude Viva, é de extrema relevância para a juventude brasileira especialmente para os jovens negros, por que, além dos jovens estarem relacionados a grandes dificuldades no seio da sociedade, a agenda da segurança pública vem chamando bastante atenção pelo fato dos jovens estarem muito presente nos indicadores, já que grande parte dos números de violência são praticados primordialmente contra os jovens, principalmente se o mesmo tiver na faixa dos 19 anos que corresponde ao pico de homicídios, se for pobre e se for negro.

O Plano Juventude Viva veio justamente com o objetivo de transformar a ideia da sociedade para com os jovens, oferecendo programas de caráter social, em diversas

áreas. Articuladas em 4 eixos, as ações do Plano Juventude Viva visam a ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema.

No seu eixo 1, *Desconstrução da cultura de violência*, entre as ações deste eixo estão previstas: Identificação de ações violência contra a juventude negra que foram historicamente naturalizados, identificando seus padrões e oferecendo novos repertórios aos agentes que a realizam; Sensibilização da opinião pública sobre a banalização da violência e a necessidade de valorização da vida da juventude e da garantia de seus direitos; e Demonstração de que a violência não pode, em momento algum, ser utilizada como forma legítima de resolução de conflitos [Guia do Plano Juventude Viva, 2014].

O Eixo 2, *Inclusão, oportunidades e garantias de direitos* objetiva a superação da dívida histórica do Estado e da sociedade brasileira para com os negros pois, como se sabe, a escravidão deixou marcas que ainda figuram até os dias atuais, e o povo negro se configurou, via de regra, como o desfavorecido, aquele que está sempre a margem da sociedade, com os piores indicadores sociais, justamente o que vemos hoje, uma população empobrecida, com pouca qualificação, e em muitos, com poucas ou nenhuma possibilidade de ascensão social.

Embora nos últimos anos essa discrepância tenha diminuído, principalmente pela ação de diversos movimentos sociais o movimento negro e da juventude, buscando melhores condições para este público. Neste sentido, o Plano visa a “criação de oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude” [Guia do Plano Juventude Viva 2014]

O Eixo 3 trata sobre a questão da *Transformação dos territórios*, pois segundo o plano do juventude viva, entende-se que quanto mais próximo for o território do foco da ação, melhor se dará a relação Plano e Beneficiário ou seja, mais eficiente tenderão a ser as políticas destinadas, pois, saberá de perto quais as reais necessidades das comunidades locais, respeitando assim, as características de cada uma, ao invés de apenas sobreviver de previsões generalizadas, em outras palavras, cabe aos municípios o papel que talvez seja o mais importante, pois, são os mesmos que estarão mais próximos dos jovens que são o público-alvo do Plano[Guia Juventude Viva, 2014].

O Eixo 4 tratará sobre a questão do *Aperfeiçoamento institucional*, pois, segundo o guia do plano juventude viva, o setor público e seus órgãos são precursores de diversas formas de preconceito, e como tal, o racismo está incluído, não só na questão da hierarquia nestes órgão, como também na atuação cotidiana de seus servidores pois os mesmos, podem acabar reproduzindo este tipo de prática, e acaba sobrando para os jovens e negros o estigma de errado/perigoso.

O Plano previu especificamente o “enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens, como a escola, o sistema de saúde, a polícia, o sistema penitenciário e o sistema de justiça”, e em termos ainda mais específicos, o enfrentamento da brutalidade criminal: com a “Reversão do alto grau de letalidade policial por meio de formação, fortalecimento do controle externo e redução da impunidade.

Para esse eixo foi sugerido pelo plano o desenvolvimento de processos formativos, capacitações e qualificações, fortalecimentos dos órgão de controle externo, sensibilização de agentes estatais e orientações específicas para forças policiais, já que as mesmas são um dos principais agentes quando se trata de racismo institucional,

embora, saiba-se que a polícia apenas reflita a seu modo, as ordens que recebe.[Guia Plano Juventude Viva, 2014]

Em termos de coordenação e governança do Plano, compete a SNJ e a SEPPIR, entre outras, as atividades de: Coordenar, acompanhar e monitorar a execução do Plano; Orientar e acolher propostas de adesão prioritárias ou voluntárias; Estimular a participação de estados e municípios nos editais dos programas do Plano; Estimular a elaboração de planos estaduais e municipais de prevenção à violência contra jovens negros; Financiar ações dos programas federais propostos; Disponibilizar diretrizes gerais para o desenvolvimento do Plano; e Estimular a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento das ações do Plano, por meio da criação de espaços para esse fim.

Para se alcançar os objetivos propostos, foi criado para cada nível de atuação, órgãos específicos. A nível federal, foi criado o Comitê Gestor do Plano Juventude Viva, que é aquele que vai atuar no Gerenciamento das ações onde o mesmo irá acompanhar e monitorar as ações do plano. O comitê Gestor estará presente nas três esferas, tanto Federal, Estadual e municipal, sendo que a esfera municipal, é de extrema importância justamente pelo fato de estar mais próxima às áreas de maior vulnerabilidade.

Portanto, a atenção nesse nível se torna maior: foi criado o Fórum de Monitoramento Participativo Inter-conselho responsável pelo controle social das ações do plano, o mesmo também estará presente nas três esferas de atuação, Federal, estadual e municipal. Além disso, constituiu-se a Rede Juventude Viva visando a questão da transparência e integração.

A Rede Juventude Viva trás informações a respeito das atividades voltadas para o plano, onde os interessados terão acesso livre, desde que cadastrados anteriormente

pela secretaria nacional da juventude as informações referente ao respectivo planos e as atividades referentes.[Guia juventude Viva, 2014]

Outra questão se refere ao fato da proteção aos interesses da juventude e como tal, o plano tem seus articuladores que são jovens negros ligados a SNJ, e que vão buscar aproximar as políticas Federais aquelas no nível municipal buscando sempre espaços na agenda no que diz respeito aos interesses da juventude e da juventude negra.

Por último no conjunto dos que irão participar na consecução dos objetivos das secretarias responsáveis pelo plano, tem os Núcleos de articulação territorial – NATs, que são locais de reuniões sobre o plano, os mesmos são realizados nos bairro mais vulneráveis e conseqüentemente priorizados pelas ações do plano, é interessante por que o mesmo faz com que haja a interação com os moradores locais, já que as reuniões são nos respectivos bairros o que trás uma legitimidade mais para as ações já que , o que é decidido lá, além de ter a participação de todos, a população saberá o que cobrar e onde cobrar, sempre com a possibilidade desde que do interesse, de acompanhar a execução do plano.

A implementação do plano juventude viva foi dividida em 6 etapas inicialmente, entre elas, a pactuação entre os entes federativos, onde os mesmos terão que assumir o problema para que possa ser enfrentado, embora já tinha sido definidos os 142 prioritários que compunham os 69% dos homicídios no país, e teriam prioridades nas atividades e recursos do Plano, recursos esses oriundos, dos respectivos ministérios que compõem o Plano que no total são 11, mas, não quer dizer que outros municípios não possam fazer parte do plano, a diferença é que os que optarem por entrar por conta própria correm o risco de não acesso a recursos.

A criação do comitê Gestor é a segunda etapa, já que o mesmo é de caráter gerencial e é quem vai monitorar as ações nas respectivas esferas. A elaboração do

diagnóstico local é de suma importância, a terceira etapa,, disponibiliza as informações essenciais para a adesão ao plano já que o mesmo está diretamente relacionado com a vulnerabilidade social no território específico, e que esta passa pela questão dos homicídios,. A implementação dos Núcleos de articulação territorial são a quarta etapa onde serão identificado os articuladores municipais.

A elaboração do plano municipal é a quinta etapa, segundo o guia do Juventude Viva, será elaborado após o relatório de vulnerabilidade, já que o plano é de caráter estratégico e que através dos indicadores de violência e vulnerabilidade, irá mostrar o caminho a seguir. Assim, os responsáveis irão observar as ações que podem e devem trazer a redução da vulnerabilidade e do número de homicídios nestes bairros mais violentos.

Por último a etapa de monitoramento, onde segundo o guia de implementação do juventude viva trata como algo que não vai trazer resultados a curto e médio prazo e não teria condições para isso já que é um plano de caráter preventivo e por isso os resultados podem variar de tempo, mas é interessante monitorar justamente a sua implementação por que mesmo que não se consiga obter os resultados a curto prazo, é possível agilizar o processo de modificação da cultura de violência que assola o país.

Entre as possibilidades que caberá ao comitê Gestor executar, o guia trás, Debate crítico sobre a banalização da violência como resultado da crise de valores por que passa toda a sociedade; Debate crítico sobre os padrões de vitimização da juventude negra; Mobilização dos atores sociais para a promoção dos direitos das juventudes negras a partir das ações previstas no Plano; Ampliação das ofertas de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia; Criação de oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da

importância social da juventude; Ampliação da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais violentos dos municípios do Plano; Promoção do aprimoramento da atuação institucional por meio de ações de: Sensibilização de agentes para o enfrentamento ao racismo e estigmas contra a juventude; Fortalecimento dos mecanismos de controle externo e interno das polícias; Disseminação de orientações de referência; Coibição dos autos de resistência; e Redução da letalidade policial [Guia Juventude Viva, 2014].

3.3.Plano Juventude Viva na Paraíba

O Plano Juventude Viva, como já foi mencionado, é uma parceria do governo Federal, Estadual e Municipal. O plano, é direcionado para as regiões mais vulneráveis, e voltando-se ao estado da Paraíba, no Plano estão inclusos os municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Patos e Campina Grande que juntos segundo o website do Tribunal de Justiça da Paraíba compreendiam em 2011 cerca de 68,15% das mortes no estado (www5.tjba.com.br).

Para impedir que este tipo de situação continue a permanecer na Paraíba, o estado aderiu ao Plano de combate a violência contra a juventude negra, pois, como os dados anteriormente elaborados mostraram, a situação dos jovens negros na Paraíba está bastante crítica, o que torna necessária, a implementação de programas e Planos como o PJV.

O Plano é composto por 11 ministérios, onde estes ofereceriam ao menos de acordo com o plano inicialmente traçado na Paraíba, certas ações imediatas que iriam

atuar nos territórios mais vulneráveis dentro dos municípios que aderiram ao Plano, outra questão interessante é que o plano não é de exclusividade destes municípios priorizados, por causa dos altos números negativos, mas, qualquer município poderá participar do Plano, mas, não havendo a certeza de participação nos editais, e também é necessário que para a possibilidade de participação nos editais, os municípios que aderirem por conta própria, deverão atender a certos pré-requisitos do plano.

De acordo com o guia de implementação para estados e municípios, previa a criação do comitê Gestor a nível Estadual, este, sendo de caráter gerencial, onde contará com participação das secretarias estaduais, além de demais instituições envolvidas. E contará com representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, judiciário, representantes da sociedade civil entre outros envolvidos.

No nível municipal, prevê a criação também do comitê Gestor, assim como a criação dos núcleos de articulação territorial, onde serão realizadas as reuniões, estes devendo ser próximos as localidades que demandarão cuidados maiores com relação as ações implementadas, divulgação entre a sociedade civil e entre os jovens com perfil compatível com o que definiu o Plano. (Guia de implementação de Estados e Municípios 2014)

O plano define ações com vinculação a seus respectivos ministérios, onde cabe ao Ministério da saúde como principais destaque as ações como as *Academias De Saúde* que visam trazer melhorias na qualidade de vida da população, através da mudança de hábito para aqueles que venham trazer uma vida saudável, para isso sendo ofertados em locais específicos todo um aparato instrumental, com equipamentos e infra-estrutura adequadas a práticas de atividades físicas; *O Programa Saúde Na Escola*, que visa a questão da promoção da saúde nas escolas, com formação de estudantes a temas

relacionados a doenças, visando diminuir a vulnerabilidade dos mesmos neste aspecto; *Promoção Sobre Juventude Negra E Promoção De Equidade* buscando trazer a debate a questão da mortalidade da juventude Brasileira, trazendo conceitos e experiências que funcionaram, para a promoção da saúde da juventude negra; *Seminários Regionais para enfrentamento da violência em populações negras com enfoque na juventude* é a promoção de diálogo entre gestores públicos e sociedade civil a fim de construir espaços de sensibilização no enfrentamento à violência contra a juventude negra, que na Paraíba se encontra em situação preocupante; *O programa Brasil Quilombola* segundo o guia, será em parceria com a fundação palmares, para a capacitação da juventude quilombola quanto a questão do racismo institucional buscando a equidade quanto ao acesso a saúde da população negra[Guia juventude Viva da Paraíba].

Ao ministério da Educação como algumas de suas ações mais conhecidas do público cabem, O *Projovem Urbano* foi instituído pela lei 11.692 de 2008 onde tem destinação aos jovens de 18 à 29 anos que por algum motivo não tiveram condições terminar os seus estudos, segundo esta lei que institui o projovem em seu Art. 3º A execução e a gestão do Projovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersetorialidade, sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal (lei 11.692/2008). Outro programa que merece destaque neste ministério é o *Educação Inclusiva* que visa a formação continuada de gestores e educadores das escolas públicas de ensino, para que os mesmos estejam aptos a inclusão social, ou seja, que os mesmo estejam preparados para jovens especiais.

Entre os programas que ainda compõem o Plano juventude Viva tem a Estação da Juventude Vinculado a Secretaria Nacional da Juventude, é um programa que visa o

acesso dos jovens de 15 a 29 anos de forma a oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de Políticas para Juventude, por meio de ações que instauram conexões sociais e geram novos serviços, via iniciativas de grupos juvenis de produção cultural, inclusão digital e esporte. Os *Editais de Fortalecimentos institucionais* para a aquisição de equipamentos e estruturação fortalecendo os organismos de juventude municipais; Os *Ceu's das artes* são centros onde oferta-se um espaço físico com ações e programas culturais e na atuação de qualificações profissionais, está vinculado ao Ministério da Cultura assim como o programa *Agentes culturais negros*, no qual visa qualificar pessoas voltadas para a cultura negra, para que os mesmos possam atuar como promotores da mesma no país.

Uma ação que também chama atenção são a *mulheres da paz e protejo*, vinculado ao ministério da justiça e são mulheres que tenham vida ativa na localidade ao qual ela irá participar, visando torná-la intermediadora entre os jovens com perfis semelhantes ao procurado pelo Plano e assim, buscar aproximar estes jovens as ações do mesmo, pois, para o juventude viva quanto mais próximo ao território, mais fácil se torna a identificação do problema, para assim tentar solucioná-lo.

A Secretaria De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial – SEPPIR , entre seus programas , está a *oficina de identificação e abordagem ao racismo institucional e ao preconceito Geracional* onde a mesma está voltada aos Gestores e aos servidores públicos, de forma a tenta identificar a questão do racismo institucional, para isso é ofertado um subsídio para a consecução deste objetivo. Também cabe a Seppir, a *chamada pública para campanha Juventude Viva para servidores comunitários e alternativos* onde serão realizadas chamadas para empresas privadas sem fins lucrativos que tenham o objetivo ações comunitárias voltadas a prevenção da violência contra a juventude nos territórios abrangido pelo Plano.

Ao ministério do trabalho e emprego cabe a ação *Centros Multifuncionais de Economia Solidária para a Juventude - Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Centros de Economia Solidária* a partir de quatro eixos: 1) Organização sócio comunitária; 2) Formação, Assessoramento Técnico e Incubação; 3) Comercialização Solidária (feiras, lojas etc) e 4) Finanças Solidárias, Bancos comunitários, Fundos Rotativos e Cooperativismo de crédito, com objetivo de desenvolver 80 empreendimentos de jovens do campo da economia solidária.

Ao Ministério dos esportes entre as suas ações a serem implementadas talvez a mais conhecida seja o *projeto segundo tempo* na escola, onde o mesmo, visa a ocupação do tempo dos jovens na escola, de forma a ofertar instrução esportiva, em horários alternativos aqueles a que os jovens estudam, ocupando-os ao máximo, também cabe ao programa o fornecimento de condições para que os jovens possam executar os respectivos esportes.

A secretaria dos Direitos Humanos cabe a tentativa resolução dos autos de Resistência, onde em muitos casos, o mesmo é utilizado deliberadamente por policiais, como justificativas para cometerem crimes fardados, ficando assim, impunes com relação a seus crimes cometidos. No ministério de desenvolvimento e combate a fome entre suas ações destaca-se, *Acessuas trabalho* que visa a oferta de emprego a pessoas dependentes de assistência social, através de encaminhamentos, *o programa de erradicação do trabalho infantil* que tem como objetivo tirar crianças e adolescentes abaixo dos 16 anos que estejam trabalhando visando a sua preservação física e psicológica, e o *serviço de acolhimento de população de rua*, que visa a retirada apenas de passagem de pessoas que moram nas ruas ou a garantia de um endereço de referências para estas pessoas assim, podendo dar uma oportunidade para que os mesmo

possam se estabilizar e, evitando que fiquem vulneráveis nas ruas.(Guia do Juventude Viva Paraíba, 2014)

Mais recentemente na Paraíba o Plano Juventude Viva foi Lançado no ano de 2013 pelo ministro da secretaria Geral da presidência da república, Gilberto Carvalho e a Ministra da secretaria de políticas de promoção da igualdade Racial a Luiza Bairros, Juntamente com o governador Ricardo Coutinho(www.clickpb.com.br), e através de seus articuladores o Plano começou a se mover, em João pessoa após a criação do comitê Gestor, entre as ações que começaram a ser realizadas, em João pessoa por exemplo em 2014, aconteceu a oficina de identificação e abordagem ao Racismo institucional com o objetivo do enfrentamento deste tipo de preconceito(www.Paráiba.com.br), e também foi realizado em Cabedelo:

Através da Secretaria de Ação e Inclusão Social (Semais), entre os dias 20 de setembro e 01 de outubro de 2014, a Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional. A iniciativa, que faz parte das estratégias de implantação do Plano Juventude Viva, é voltada para a capacitação de gestores e funcionários públicos na identificação do racismo dentro das práticas institucionais internas e no contato com o público externo.(www.wscm.com.br)

Foi realizada ainda em 2014 na Paraíba o edital para consultores em oficinas, e segundo o website campina grande PB, as ações do Juventude Viva em Campina Grande destacou que o município iria receber para a construção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), a ser erguido no antigo hospital João Ribeiro (R\$ 7,4 milhões), e para dez núcleos do Programa e Lazer na Cidade (Pelc) e construção de uma Praça da Juventude (R\$ 1,4 milhões), totalizando mais de R\$ 10 milhões.

Em 2014, também em Campina Grande a coordenadoria da Juventude, Esporte e Lazer, juntamente com o projovem urbano, discutiram sobre ações que visam a melhoria da situação dos jovens negros no estado, onde, se espera oferecer ações que

venham para suprir as necessidades imediatas destes, para que os mesmos possam estar aptos para enfrentar as dificuldades da sociedade(www.brasil.gov.br).

A reunião contou com participação do Moisés Alves do movimento Negro, Ariosvelber Oliveira e Luis Arthur, assessor técnico e coordenador do Juventude Viva em Campina Grande. Já em 2015, embora o plano Juventude Viva na Paraíba não tenha tantos dados disponíveis sobre possíveis ações sendo implementadas, no mês de maio foi realizado debate em Campina Grande sobre ações do plano nas duas maiores cidades do estado através da secretária Priscilla Gomes, e representantes do plano na respectiva cidades (paraibaja.com.br).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o que vem acontecendo com as políticas da juventude nos últimos anos, percebe-se a evolução no que diz respeito a efetivação dos direitos da juventude pois, é algo que começou com a criação do estatuto da criança e do adolescente para a proteção desde público-alvo, e que aos poucos passou a evoluir, surgindo sempre métodos na tentativa de se obter melhorias na segurança pública e conseqüentemente na vida das crianças e jovens do país.

Sendo criado em 2003 o estatuto do desarmamento que significou além da redução significativa do contingente de armas de fogo nas mãos da população, embora, muitas armas de fogo, ainda estejam em mãos clandestinas, o que é por sinal, um tema interessante a ser estudado, este estatuto significou mesmo com o elevado número de mortes, o equilíbrio nos indicadores de homicídios, e, em muitos casos, foi suficientemente importante para mudar os rumos da vida de muitas pessoas, principalmente jovens, que são o foco deste trabalho.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, foram de suma importância para o impacto na criação das políticas da juventude, pois na articulação a pegada passou a ser outra, sendo algo mais específico e voltado para os jovens como seres únicos e especiais o qual todo o futuro de uma sociedade depende deles, o que só fez evoluir mesmo que em certas situações de forma devagar.

A 1ª conferência da juventude é um marco que não fica atrás de nenhum outro até então, pois, através dela conseguiram anexar a constituição, a emenda constitucional 65/2010 que garantiu a estes, a sua inclusão na mesma o que trazia consigo benefícios

tais como o direito de serem protegidos, o direito de prioridade nas políticas públicas assim como as crianças e idosos. A conclusão deste capítulo na história da luta juvenil por seus direitos foi a criação de um estatuto próprio, agora não mais dependeriam ao menos no que coubessem, apenas o ECA, pois agora, o novo estatuto abrange jovens de 15 a 29 anos, sendo que até os 18, ainda cabem as disposições no Eca.

E por fim, com a criação do estatuto da Juventude e todos os princípios nele inseridos, trouxe a criação do Plano Juventude Viva, onde este que visa acabar com a vulnerabilidade e conseqüentemente a mortalidade dos jovens negros, pois, entende-se que os mesmos se encontram em situação delicada na sociedade, para não dizer em situação inferior, e que cabe ao negro no Brasil em suma, morrer mais do que brancos, o Plano é uma criação da Secretaria Nacional da Juventude Junto com a Seppir e vinculado a secretaria Geral da presidência da República o que faz com que as políticas estejam diretamente ligadas ao governo, na esfera local o Plano Juventude Viva, abrange 6 municípios Paraibanos, João pessoa, Campina Grande, Patos, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, pois são as cidades onde a população jovem, sobretudo negros, se encontram em maior vulnerabilidade social.

As ações planejadas pelo Plano juventude viva para o estado da Paraíba, são interessantíssimas, mas, infelizmente pouca coisa parece que vem sendo realizadas nos municípios priorizados, chega-se a esta conclusão pois, os dados disponibilizados, são raríssimos e conseqüentemente, difíceis de encontrar, mas, o Plano Juventude Viva, é uma grande iniciativa do governo Federal de fato, resultado de anos de luta para se alcançar o patamar em que a juventude se encontra hoje, portanto se faz necessário, mais pesquisas na área, para que o respectivo plano possa prosperar e no futuro próximo a sociedade Paraibana, ou melhor, partindo da sociedade paraibana, possa ser mudada toda uma situação desafiadora, do contexto no qual os jovens estão inseridos.

5. REFERÊNCIAS

-ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude E Trabalho: Alguns Aspectos Do Cenário --- Brasileiro Contemporâneo**, 2008.

-ABRAMO, Laís. **Trabalho Decente E Juventude No Brasil: A Construção De Uma Agenda**; 2013.

-ÁVILLA, R.I; MACHADO,A.M. **Transição demográfica brasileira: desafios e - oportunidades na educação, no mercado de trabalho e na produtividade**; SPDR, 2015.
administradores.com.br

-SOARES, José Francisco.**Acesso e permanência no Ensino Superior**; Inep, 2015.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17199-cne-forum-educacao-superior-2015-apresentacao-10-jose-soares&Itemid=30192>

-**Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o perfil e opinião dos Jovens Brasileiros**; 2013, Brasília.

-BANDEIRA, A.R. et al. **Ranking Dos Estados No Controle De Armas: Análise Preliminar Quantitativa e Qualitativa dos Dados sobre Armas de Fogo Apreendidas no Brasil**; PRONASCI, 2010, Disponível em:

http://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/mapa_das_armas_brasil.pdf

- **Cabedelo promove oficina do projeto Juventude Viva**, 2014; Disponível em:

<<http://www.wscm.com.br/noticias/paraiba/juventude+viva+e+tema+de+projeto-177004>>

-**Conferência Nacional da juventude, caderno de propostas, 1ª**; SNJ Brasília 2008.

- **Conferência Nacional da juventude, 2ª** SNJ Brasília 2011.

- CARRANO, Paulo. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude**: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance".
- CASTRO, Mary Garcia. **Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes**; 2004;
- CASTRO, Abraão et al ; **Juventude e políticas Sociais no Brasil**; Ipea, 2009; Brasília, DF.
- Censo Escolar – Educacenso: O Item Cor/Raça No Censo Escolar Da Educação Básica**; 2014.
- Censo Demográfico 2011**; IBGE,2011. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>>
- COSSETIN, Márcia. **Sócioeducação no Estado do Paraná: Os sentidos de um enunciado necessário**; UEOP,2012; Cascavel, PR.
- COSTA, Cristina.**Sociologia: Introdução à ciência e a sociedade**; 2009.
- Decreto-lei n. 8.621 – de 10 de janeiro de 1946**.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: 25 anos**; Unicef; 2015.
- FÁVERO, Osmar ; **Juventude e Contemporaneidade**, UNESCO; 2007, Brasília.
- FERREIRA, P.M. **Delinquência Juvenil: Família e escola**; ICSUL, 1997, pág 913-924.
- FERNANDES, F.C. et al. **Educação Brasileira: Indicadores e Desafios**; FNE, 2013.
- FERRÃO, B.L.M. et al. **Índice de Vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade Racial 2014**; Brasília, 2015;
- FIGUEIREDO, André et al. **Estoques e Distribuição de Armas de Fogo no Brasil**; 2010.

- FURRER, Pierre. **Educação como prática da liberdade:** Paulo Freire; RJ, 1997.
- **Guia De Implementação Do Plano Juventude Viva Para Estados E Municípios;** Brasília 2014.
- **Guia Do Plano Juventude Viva Na Paraíba,** 2014.
- JANCZURA, Rosas e. **Risco ou Vulnerabilidade Social;** UFSM; RS, 2012.
- LIMA, M.L.F. **Políticas Públicas No Ensino Superior: Ações Afirmativas Na Ufpb;** João Pessoa, 2014.
- NETO, C.P.S. **segurança pública na constituição federal de 1988:** Conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das Políticas; 2007;
- NERI, Marcelo et al ; **Juventude Levada em Conta.**
- Pacifistas e Bancada da Bala no debate sobre Desarmamento, Brasília, 2015;** Disponível em: <Vermelho.org.br/ noticia/271725-1>
- PEREIRA, R.F.S. **Tese De Mestrado Em Serviço Social;** PUC, SP.
- PINHEIRO, Diógenes et al ; **Estação Juventude: Conceitos Fundamentais;**UFBA, 2014.
- Política Nacional da Juventude:** Diretrizes e perspectivas; CONJUV, 2006.
- PORTARIA No- 30, DE 20 DE MAIO DE 2013.**
- Plano Nacional de Educação, 2014-2024;** 2014;
- Provimento CGJ N° 015/2014, de 12 de Dezembro de 2014;** PJPB.
- **Plano Juventude Viva: PMJP promove oficina para prevenir a violência contra a juventude negra,** 2014; Disponível em: <www. Paraíba.com.br/2014/11/05/54748-

plano-juventude-viva-pmjp-promove-oficina-para-prevenir-a-violencia-contr-a-juventude-negra>

RIBEIRO et al. **Maio de 1968: Paixão Revolucionária**; 2010.

-SILVA, M.V.A.; FREITAS, A.S. **Juventude e Exclusão: Um Estudo das Políticas Locais de Segurança para Jovens.**

-SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**, Revista Brasileira de Educação, 2003.

-**Trabalho decente e Juventude no Brasil**; Organização Internacional do Trabalho, 2009.

- LIMA, Luís; **Quinze anos de bônus demográfico vão pelo ralo, 2015**;

Disponível em: <veja.abril.com.br/noticia/economia/quinze-anos-de-bonus-demografico-vao-pelo-ralo>

-WASELFILSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por armas de Fogo**; 2015, Brasília.

-WASELFILSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência II: Os jovens do Brasil**; 1998.

-WASELFILSZ, Julio Jacobo. **Mapa de Violência 2014** ; 2015

-**Ministros vem a Paraíba para lançar plano de combate à violência entre jovens, João Pessoa, 2013**; Disponível em: <www.clickpb.com.br/politica/ministros-vem-a-paraiba-para-lancar-plano-para-combater-violencia-entre-jovens-163127.html>